%, Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quarta-feira, 18 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.166

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Mineradoras enfrentam barreiras no mercado de capitais do Brasil

%, ECONOMIA Boa parte das pequenas empresas do setor recorre a bolsas de outros países para captar recursos financeiros

Com operação em Congonhas, a CSN Mineração é uma das poucas empresas do setor listadas na B3 FOTO: DIVULGAÇÃO / ALEXANDRE REZENDE / NITRO

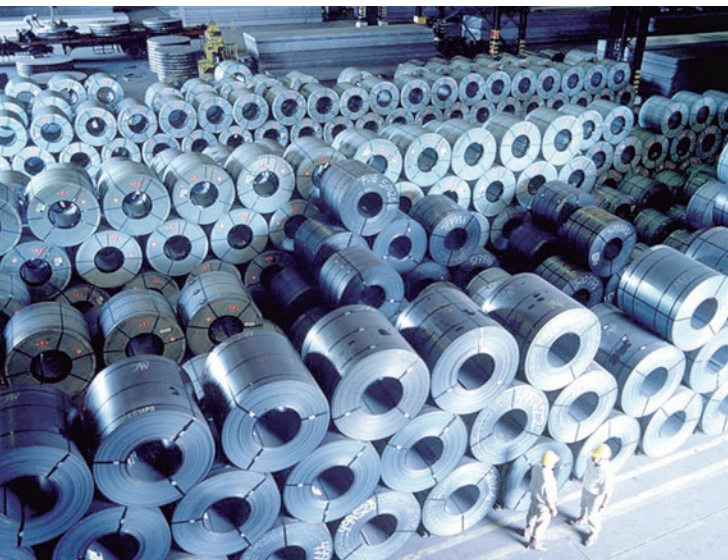
Diante das dificuldades de captar recursos financeiros no Brasil, boa parte das pequenas empresas do setor mineral opta por abrir capital em países como Canadá, Austrália e Inglaterra. Vale, CSN Mineração, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e Aura Minerals são as únicas mineradoras que atuam na B3, a bolsa de valores do País.

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e a B3 buscam mudar esse cenário de forma que o setor possa ganhar força no mercado de capitais nacional. A gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Ibram, Cinthia Rodrigues, afirma que, independentemente do porte, as mineradoras se deparam com barreiras para negociar ações na bolsa.

As empresas que realizam pesquisa mineral são as que enfrentam maiores resistências, segundo a especialista, porque a fase de exploração dos depósitos é a de maior risco, afastando investidores. "Para cada mil projetos de pesquisa, apenas um vai virar lavra", ressalta. Junto com outras entidades privadas, instituições públicas e representantes de órgãos, o Ibram formou a Invest Mining, que visa promover condições que favoreçam o financiamento da mineração no País. **%, PÁG. 5**

Segunda edição da Expoleite vai apresentar os avanços da genética para os pecuaristas

A 2ª Expoleite será realizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), entre 21 e 25 de outubro, no Parque Fernando Costa, em Uberaba, no Triângulo Mineiro. A feira busca fortalecer a cadeia produtiva do leite, reunindo cerca de 550 animais das mais importantes raças zebuínas leiteiras, como Gir, Sindi, Girolando, Guzerá e Guzolando, predominantes na produção nacional . Haverá três leilões e um *shopping* de animais. Os pecuaristas poderão conhecer os avanços da genética, fazer investimentos e trocar experiências. **%, PÁG. 8**

A Expoleite receberá cerca de 550 animais de raças zebuínas leiteiras em Uberaba FOTO: DIVULGAÇÃO / ABCZ EXPOLEITE

O excesso de oferta de aço no mercado internacional prejudica as usinas siderúrgicas do Brasil FOTO: DIVULGAÇÃO / AÇO BRASIL

Queda na produção chinesa de aço poderá beneficiar as siderúrgicas nacionais

Maior produtor e consumidor mundial de aço, a China registra uma forte queda na demanda em função da retração na indústria da construção civil. As usinas chinesas produziram 77,9 milhões de toneladas de aço bruto em agosto, o menor volume para o mês desde 2017. A menor oferta global do metal tende a favorecer as siderúrgicas brasileiras, que acumulam perdas com excesso de produto no mercado internacional. Os preços do minério de ferro também serão afetados com a menor fabricação de aço no país asiático. **%, PÁG. 3**

%, EDITORIAL

Nos discursos de conveniência, notadamente aqueles próprios dos palanques e campanhas eleitorais, a educação é sempre, ou quase, colocada como prioridade absoluta, aquela em que não se pode tocar. No Brasil, educação está ainda bem distante de ser, de fato, prioridade, considerada a distribuição dos investimentos públicos. Em 2021, os gastos do País com educação foram equivalentes a uma terça parte dos gastos de países desenvolvidos e membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O salário inicial de docentes do ensino médio no Brasil é 47% abaixo da média dos países-membros da OCDE, onde cada professor atende em média entre 13 e 14 alunos, patamar que no Brasil sobe para 22 e 23. **%, PÁG. 2**

%, ARTIGOS

Chocake comercializa seus produtos em uma kombi e também pelo canal digital FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Empreendimentos sobre rodas oferecem custos menores de manutenção

Utilizando vários tipos de veículos, como bicicletas, kombis, *trailers*, *food trucks*, os negócios itinerantes têm como vantagem a possibilidade de ir onde o cliente está. Com custos menores de manutenção, os empreendimentos sobre rodas mais comuns são de alimentação e acessórios. Carolina Coscarelli tem uma kombi onde funciona a Chocake, no bairro Funcionários, em Belo Horizonte, dentro do modelo de *food truck*, mas também vende seus produtos pelo *site* da empresa. **%, PÁG. 11**

DÓLAR DIA 17

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,4880	R$ 5,4880
TURISMO	R$ 5,5250	R$ 5,7050
PTAX (BC)	R$ 5,5004	R$ 5,5010

EURO DIA 17

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1142	R$ 6,1155

OURO DIA 17

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.570,03
BM&F (g) R$ 457,71

TR dia 18	0,0710%
POUPANÇA dia 18	0,5714%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

OPINIÃO

Atuando juntos pela segurança pública

Cledorvino Belini
Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Minas Pelas Paz (MPP)

A segurança pública nunca pareceu tão urgente e importante para a sociedade. Ao contrário de outras deficiências e mazelas brasileiras, que impactam segmentos ou grupos sociais específicos, a falta de segurança pública atinge todos os segmentos da sociedade. Afeta a qualidade de vida, implica gastos adicionais crescentes com proteção patrimonial e pessoal e afasta investidores, pois a alta incidência de atos de violência em determinado território desestimula a instalação de novos negócios.

É um tema complexo, que envolve todas os níveis da gestão pública e exige a mobilização da sociedade em busca de soluções. Essa percepção mobilizou, anos atrás, o Conselho Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), composto pelos presidentes das maiores empresas do Estado, e resultou na criação do Instituto Minas pela Paz em 2007.

O Minas pela Paz expressa a reação do setor industrial mineiro à crescente preocupação com a segurança pública e a consciência de que a sociedade civil organizada pode ajudar a formular, aportar e desenvolver soluções efetivas para problemas coletivos. Desde o princípio, busca uma abordagem ampla e em perspectiva do tema, entendendo que é necessário agir em vários níveis simultaneamente. É urgente combater o crime, mas também é preciso compreender e enfrentar suas causas, a fim de atuar sobre as condições que induzem à violência e à criminalidade.

A primeira ação do Instituto foi anunciada em novembro de 2007: o lançamento do Disque Denúncia 181, serviço que reúne em uma mesma central de atendimento a recepção de chamadas telefônicas com denúncias anônimas de crimes e sinistros. O sistema inovou ao assegurar total anonimato ao denunciante e ao unificar o serviço de atendimento e de registro de denúncias da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar. Ao centralizar o atendimento, a atuação em parceria integra a inteligência policial e reforça a agilidade na capacidade de ação das forças de segurança. Outro aspecto pioneiro da iniciativa foi a parceria entre o Governo de Minas, a Fiemg e grandes empresas, demonstrando que a soma de esforços públicos e privados é um caminho fundamental para resultados efetivos.

O mesmo modelo de parceria foi a base para a segunda iniciativa do Minas pela Paz, lançada em 2009 - o Programa Pró-Apac, de ressocialização de detentos e egressos do sistema prisional através da qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho, executado em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC). Grandes empresas de Minas Gerais abriram suas portas para receber e ressocializar os recuperandos através do trabalho.

O objetivo do Programa Pró-Apac é levar qualificação profissional às unidades prisionais, incentivar e propiciar aos recuperandos aprenderem e atuarem profissionalmente. O Sesi, Senai, Senac, Senar e o Sebrae são aliados nessa iniciativa e viabilizaram, entre os anos de 2009 e 2023, a certificação de 12 mil presos. Destes, mais de 2,5 mil recuperandos e egressos foram inseridos no mercado de trabalho e atuam diretamente em ações que geram renda para si, para suas famílias e para apoio e manutenção das próprias APACs.

Cada vez mais o MPP concentra-se em duas frentes com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade social. O Projeto Trampolim é uma iniciativa que, desde 2014, atua para a inclusão social de jovens e adolescentes que estão em cumprimento ou já cumpriram medidas socioeducativas.

A tecnologia social desenvolvida pelo Projeto Trampolim foi ampliada através de sua utilização no Programa Descubra, a partir de 2019. Esse programa é o resultado de uma cooperação interinstitucional inédita, que congrega esforços de 11 instituições federais, estaduais e municipais, e tem por objetivo promover o acesso de adolescentes e jovens, em condição de vulnerabilidade social, a programas de aprendizagem e cursos de qualificação profissional. Centenas de jovens foram contratados por empresas a partir dessas iniciativas.

A essência desses programas é fomentar a educação não formal, em complemento ou alternativa à educação formal estruturada, em ambientes baseados na comunidade ou na sociedade civil. Assim, milhares de pessoas jovens e adultas, atendidas por esses projetos, têm recebido a chance de mudar suas vidas e de suas famílias a partir da educação.

Ao longo de 17 anos, temos articulado parceiros e instituições e somado esforços públicos e privados em torno da ideia de que é possível transformar a segurança pública a partir da atuação nas causas sociais, investindo em educação e fortalecendo as políticas públicas.

Aprendemos que, se o problema é complexo, as ações precisam ser articuladas para fazerem a diferença. Há muito por fazer e o Instituto Minas pela Paz está sempre em busca de novos parceiros.

Algoritmos não nos deixam descansar

Clécio Branco
Psicólogo, doutor em Filosofia

Os bons livros são aqueles que lemos com lentidão, pois não queremos que terminem. Na verdade, vemo-nos em estado de solidão quando terminamos de ler bons livros. Isso aconteceu comigo em O nome da rosa, de Umberto Eco.

Vamos adiando sempre um pouco, para que a leitura não chegue ao fim. Os livros são bons companheiros. Porém, terminar a leitura de um bom livro nos dá uma sensação de solidão.

No entanto, é preciso resgatar o hábito de concluir etapas em nossos dias, a fim de experimentarmos não a solidão do abandono, mas o prazer da solitude.

A rigor, as pausas e os ritos é que estão desaparecendo. Hoje há uma grande dificuldade em concluir, em "fechar" o ciclo para entrar na pausa do repouso da noite.

Embora o tempo seja o mesmo, os dias ficam inconclusos, como se eles se prolongassem noite adentro. Assim também acontece com as semanas, os meses e os anos. É comum ouvir nos rádios e nos noticiários: o ano que se findou não acabou. As pausas são o tempo em que escolhemos o silêncio da calmaria e da lentidão.

As pessoas não terminam seus dias — elas continuam trabalhando em casa, e as pausas e o ócio têm desaparecido de nossas vidas. Dormir mais um pouco, andar descalço na grama ou na areia, mostrar-se um pouco mais lento e preguiçoso, tudo isso está ficando cada dia mais raro. Estamos sempre sem tempo, correndo de um lado para o outro, sem saber para onde estamos indo.

Depois de tudo, quando, exaustos, caímos em nossas camas, os algoritmos não nos deixam descansar: o cérebro interrompe a melatonina, como se dissesse à glândula pineal: "Vamos, ainda não anoiteceu, o dia não terminou."

Estamos perdendo o tempo dos términos. A sociedade do desempenho quer interromper o término de tudo. Chegará o dia em que nem mesmo nos deixarão morrer em paz. No ato de morrer está a última mercadoria a ser vendida; morrer é contra a economia. Nosso modo de vida depende da morte adiada.

EDITORIAL

Entre teoria e realidade

Nos discursos de conveniência, notadamente aqueles próprios dos palanques e campanhas eleitorais, a educação é sempre, ou quase, colocada como prioridade absoluta, aquela em que não se pode tocar. E não faltam exemplos para confirmar a razão dessa escolha, aparecendo quase sempre a Coreia do Sul que um dia, em passado recente, teve a economia comparável à brasileira e deu um salto colossal justamente porque soube fazer da educação sua prioridade absoluta. Um discurso fácil, mas de pouca, quase nenhuma, semelhança com a realidade.

No Brasil, educação está ainda bem distante de ser, de fato, prioridade, considerada a distribuição dos investimentos públicos. Tanto assim que em 2021 os gastos do País com educação foram equivalentes a uma terça parte dos gastos de países desenvolvidos e membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A mesma fonte revela que o investimento brasileiro, considerados educação básica e superior, caiu em média 2,5% ao ano entre 2015 e 2021, enquanto no mesmo período a média dos países-membros da OCDE cresceu 2,1% ao ano.

No ensino básico, fundamental e médio, o Brasil investiu R$ 18 mil anuais per capita naquele ano, ficando à frente apenas da Turquia, África do Sul e México. Em termos de orçamento, os gastos com educação no Brasil equivalem a 10,6%, neste caso próximo à media dos países desenvolvidos, valores que, portanto, flutuam dependendo das condições da economia. No período considerado teve impacto negativo a pandemia, observam estudiosos. Para eles, valores nominais, se tomados isoladamente, não refletiriam necessariamente as condições da oferta de ensino, sendo a melhora na aprendizagem dependente também da gestão.

Dois exemplos relevantes: o salário inicial de docentes do ensino médio no Brasil é 47% abaixo da média dos países-membros da OCDE, onde cada professor atende em média entre 13 e 14 alunos, patamar que no Brasil sobe para 22 e 23. No País, 57% das crianças de 0 a 3 anos, primeira infância, estão matriculadas, percentual que chega a 70% nos países desenvolvidos. São diferenças consideráveis e que desnudam realidades distintas, reforçando a ideia de que avanços econômicos mais substanciais e duradouros guardam relação direta com a oferta de ensino de qualidade, da mesma forma que ajudam a compreender como o crescimento da Coreia do Sul foi impulsionado.

Um assunto para o cotidiano e não apenas para os palanques e as campanhas eleitorais.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJOR

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Queda na China deve pressionar preço do aço

SIDERURGIA **Demanda em baixa é pelo momento negativo da atividade de construção naquele país; por consequência, valor do minério de ferro será impactado**

THYAGO HENRIQUE

A produção de aço está em queda na China. O país que mais produz o metal no mundo – e o que mais consome – enfrenta uma baixa na demanda intensificada pelo momento negativo da atividade de construção. Especialistas apontam que a situação deve pressionar o preço do produto siderúrgico, que vem em declínio há um tempo, e impactar diretamente a dinâmica do mercado.

Dados da National Bureau of Statistics mostram que os chineses produziram, em agosto, 77,9 milhões de toneladas de aço bruto, o menor volume para o mês desde 2017. Ante agosto do último ano, o montante caiu 10,4%. No acumulado dos primeiros oito meses de 2024 frente ao mesmo período de 2023, o setor amargou um declínio de 3,3%, para 691,4 milhões de toneladas.

O aço produzido na China é destinado, principalmente, para a construção civil. Embora ainda exista um déficit habitacional no país, não há demanda efetiva, de fato, e o preço do metal está caindo regularmente desde 2021, acentuado pela crise imobiliária desencadeada pelo caso da Evergrande, conforme ressalta o sócio-diretor da Belo Investment Research, Paulino Oliveira. Na avaliação dele, a tendência é de que o valor do aço continue em queda daqui para frente.

Com a produção chinesa diminuindo, a oferta global de aço também deve cair devido ao peso do país, já que outros *players*, como a Índia, estão registrando crescimento nos volumes, analisa Oliveira. No Brasil, os efeitos disso tendem a ser benéficos, segundo ele, visto que as siderúrgicas vinham enfrentando problemas relacionados a um excesso de oferta no mercado internacional.

Para o sócio-diretor da Belo, naturalmente, por consequência, os preços do minério de ferro – insumo para a produção de aço – serão impactados. Entretanto, a perspectiva é de que o cenário não reverta o processo atual de expansão do nível produtivo das mineradoras brasileiras.

Oferta global - O especialista da Valor Investimentos, Paulo Luives, afirma que a oferta global de aço poderá diminuir dependendo do nível de preço do aço. Ele explica que o foco das siderúrgicas chinesas está em conter despesas e fortalecer o caixa, logo, se o valor cair muito, o custo produtivo pode se tornar inviável, o que levaria as empresas a reduzirem a produção. Com esse movimento da oferta e a desaceleração da demanda, os preços, consequentemente, tendem a ser impactados, ele avalia.

Luives acredita que, em alguma medida, também pode haver impacto da redução na produção de aço na China nas mineradoras brasileiras. Os chineses são os maiores consumidores de minério de ferro do mundo e importam a maior parte do volume produzido pelas empresas no Brasil.

“Mercado trabalha para equilibrar oferta e demanda por meio do ajuste de preços”

Assessor na iHUB Investimentos, Lucas Sharau sublinha que o mercado trabalha para equilibrar a oferta e demanda por meio do ajuste de preços. E quando o valor baixa muito, de forma natural acontecem cortes produtivos, uma vez que as empresas não querem reportar prejuízos. Contudo, ele ressalta que uma intervenção governamental pode influenciar esse movimento.

De acordo com Sharau, se o governo intervém para tentar controlar os preços, os efeitos podem parecer positivos a curto prazo, ajudando a resolver problemas imediatos e reduzir preços para os consumidores. No entanto, mais adiante, tendem a ocorrer consequências econômicas negativas, como inflação e problemas fiscais, quando o governo precisar compensar a perda de receita.

Sobre a oferta global, ele ressalta que, permanecendo ou reduzindo, vai afetar tanto a produção de aço quanto do minério de ferro – na opinião do assessor, as mineradoras do Brasil podem ser afetadas. “Quando há uma queda na demanda pelo aço, naturalmente terá uma diminuição na oferta do próprio produto para que não tenha uma continuidade na redução dos preços”, pondera.

Em agosto, China produziu 77,9 milhões de toneladas de aço bruto, menor volume para o mês desde 2017 FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

IMPORTAÇÃO DO BRASIL

Chinesa Luckin: mais US$ 2,5 bi em café

A rede chinesa de cafeterias Luckin Coffee assinará um acordo para comprar US$ 2,5 bilhões em café brasileiro, com anúncio previsto durante a reunião do G20 no Brasil em novembro, disse ontem o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana.

“Já negociamos o próximo anúncio da Luckin Coffee. Eles querem anunciar, na época do G20, a compra de US$ 2,5 bilhões de café do Brasil”, disse Viana ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante evento de incentivo à exportação de pequenos negócios, no Palácio do Planalto.

O valor citado pelo presidente da Apex Brasil é bastante expressivo, ao ser comparado com a receita de US$ 7,23 bilhões obtidos com todas as exportações de café do Brasil, para todos os destinos, no acumulado de janeiro a agosto, de acordo com dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé).

Não ficou claro sobre o prazo das compras da Luckin e os volumes envolvidos no acordo citado por Viana. Não foi possível contatar a Luckin imediatamente.

O país asiático tem ampliado as compras de café do Brasil, maior produtor e exportador global, à medida que cresce o consumo em cafeterias chinesas. Na temporada 2022/23, a demanda total da China aumentou 15%, para mais de 3 milhões de sacas de 60 kg, de acordo com dados da Organização Internacional do Café (OIC).

Enquanto isso, as compras de café brasileiro pela China também mais do que triplicaram em 2023, para 1,48 milhão de sacas, tornando o gigante asiático o sexto comprador de café do Brasil, em comparação com o 20º lugar no ano anterior, segundo o Cecafé.

No acumulado de 2024 até agosto, entretanto, as exportações brasileiras de café para a China aumentaram apenas 2,9%, para 641 mil sacas de 60 kg, com uma receita de US$ 139,2 milhões (+2,4%), segundo o Cecafé.

Mas esse crescimento deverá se acelerar novamente a partir de setembro, já que mais de 90% dos embarques para a China são da variedade arábica, cuja nova safra brasileira ainda não havia entrado no mercado efetivamente, explicou o diretor técnico do Cecafé, Eduardo Heron.

Como a safra de arábica acabou de ser colhida ao final de julho, ela entrará no mercado a partir de setembro, na avaliação do diretor do Cecafé. “Com o ingresso efetivo do café arábica no mercado, a partir de setembro, a expectativa é que se volte ao patamar de crescimento de dois dígitos (para a China), como vinha ocorrendo até julho, desde que haja condição logística favorável aos embarques”, disse Heron, à Reuters, por meio da assessoria de imprensa do Cecafé.

Atrasos - Ele também comentou os desafios logísticos nos embarques de cargas conteinerizadas pelo Brasil, incluindo o café, devido à escassez de contêineres.

Por conta disso, os atrasos para embarques de café são recorrentes e há as chamadas “rolagens de cargas. De acordo com o Boletim Detention Zero, elaborado pela *startup* ElloX Digital em parceria com o Cecafé, 69% dos navios, ou 197 de um total de 287 embarcações, tiveram alteração de escalas ou atraso para exportar café nos principais portos do Brasil em agosto. **(Reuters)**

PENSANDO O FUTURO

PAULO VICENTE

Professor da Fundação Dom Cabral

O futuro da alimentação

Com uma projeção de crescimento populacional de até 11 bilhões de pessoas e com o aumento gradual do nível do consumo por habitante, não só pela evolução natural das sociedades, mas também pelo desejo de eliminação da miséria, a pressão sobre consumo de alimentos deve ser enorme ao longo do século XXI.

Minha estimativa é de que precisaremos de entre 4 e 7 vezes mais água e comida do que hoje. O valor exato depende do tamanho do crescimento populacional e do nível de consumo. Com as fronteiras agrícolas do planeta limitadas, isso implica em três linhas possíveis para a solução do problema.

A primeira linha de pensamento é do aumento de produtividade por área plantada. Isto está sendo desenvolvido através de um grupo de tecnologias que são chamadas de ‘agricultura de precisão’. Tais tecnologias incluem mapeamento do terreno por drones e satélites, distribuição de sensores no campo e em animais, guiagem de tratores e colheitadeiras, aplicação variável de fertilizantes e defensivos agrícolas, sensores e robôs em silos, tudo integrado por sistemas de tecnologia da informação que incluem inteligência artificial. O resultado é um aumento de cerca de 20% da produtividade por área, com um gasto menor de 10% de combustível e 18% menor de água.

Uma segunda linha de trabalho é a de novas formas de obtenção e processamento de proteína vegetal e animal. Aqui o conjunto de tecnologias é diversificado. Fazendas verticais permitem cultivar vegetais em ambientes urbanos de hidroponia sem ficarem expostos aos ciclos solares e aos elementos climáticos. O custo de produção é mais caro, mas isto elimina a necessidade de terra agriculturável. Tais cultivos só são viáveis economicamente para hortifruticultura e floricultura, onde o valor dos produtos é maior por unidade de peso. Na prática, o que limita tal tipo de produção é o custo de energia e de água.

Carne baseada em planta vem sendo desenvolvida nos últimos anos. Inicialmente, quem avançou nesta tecnologia foi a empresa *Impossible Foods* dos EUA, mas hoje já existem vários produtores, inclusive no Brasil. Tal tipo de comida usa algo como 90% menos terra e 70% menos água para produzir um alimento que é, em termos calóricos e nutritivos, igual a carne animal.

A terceira linha de mudança é o comportamento de consumo. No Ocidente, existe uma tendência cada vez maior de consumo de vegetais, dietas mais balanceadas e com menos carne, o que já acontece em boa parte da Ásia e África. Mas populações maiores, em termos de densidade, que pode levar a uma demanda de carne maior, terá de ser produzido de alguma forma.

A conclusão é que o gargalo de demanda de comida só poderá ser resolvido por tecnologias para que seja possível combinar o desejo de maior consumo com as limitações ambientais.

Hidrelétricas podem reduzir custo da energia, aponta especialista

USINAS Com preços menores, pressão inflacionária será menor, aponta a gerente da Fiemg, Tânia Mara Santos

JULIANA GONTIJO

O retorno dos investimentos nas hidrelétricas com reservatórios pode ajudar a reduzir a pressão no custo da energia na produção e, logo, na inflação, alerta a gerente de energia da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Tânia Mara Santos. "Um terço do custo da cesta básica é energia", observa a especialista.

De acordo com levantamento da Abrace Energia, associação que representa os grandes consumidores do insumo, a energia já representa um quarto do gasto de uma família brasileira.

Outro estudo divulgado neste mês pela entidade mostra que, entre 2000 e 2022, o custo unitário da energia elétrica para a indústria brasileira aumentou 1.154%, em comparação, os preços industriais avançaram 585% e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou uma variação de 291%.

"Quando o custo da energia elétrica é reduzido, essa redução não é apenas na conta de energia que o consumidor paga, isso tem impacto no preço dos produtos. Afinal, se o empresário tem aumento no preço de um insumo, o custo sobe e ele repassa para o preço do produto", observa Tânia Santos.

Além do impacto no bolso do consumidor, seja pelo preço pago na conta de luz ou nos custos de produção, a gerente de energia da Fiemg destaca que as hidrelétricas com reservatório ajudam a mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Diante dessas vantagens e pautada num estudo, a Fiemg está desenvolvendo uma campanha para mostrar os benefícios dessa matriz energética, entre elas, o progresso para a região onde é viabilizada. "A gente quer abrir esse debate, o momento é agora", diz.

A entidade defende a revisão na política energética para uma melhor utilização do uso múltiplo da água, como o aproveitamento do potencial das hidrelétricas para armazenamento, regularização de rios, irrigação e promoção da sustentabilidade das comunidades ao redor.

Tânia Santos explica que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) busca sempre utilizar a energia mais barata, que é a hidráulica, complementando com as demais. No entanto, diante do cenário de chuvas escassas e baixo nível dos reservatórios, foi necessário acionar as termelétricas, cujo custo é mais alto, além de serem, em sua maioria, poluentes. "Isso tem impactos ambientais, já que é uma fonte suja, e também social, por causa do custo para a população", observa.

Fiemg está desenvolvendo uma campanha para mostrar os benefícios de retomar os investimentos na matriz energética no Brasil FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

No último dia 30, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acionou a bandeira tarifária vermelha, patamar dois, em função de previsões de chuvas bem abaixo da média histórica. A última vez que o governo acionou a bandeira vermelha foi em agosto de 2021. A divulgação da bandeira pela agência vale para o mês de setembro. Dessa forma, as faturas de todos os clientes das distribuidoras brasileiras deste mês, com vencimento em outubro, contarão com acréscimo de R$ 7,877 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Governo - Além da Fiemg, em maio deste ano, o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões (Novo), defendeu a volta de investimentos em hidrelétricas pelo Estado. Ele representou o governo estadual na terceira reunião do Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20, que aconteceu no Minascentro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte.

Na ocasião, ele disse que Minas Gerais tem um potencial não utilizado considerável e que os estudos indicam que é possível dobrar a capacidade de produção hidrelétrica no Estado. No entanto, Simões defende que a responsabilidade não seja da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Na opinião do vice-governador, a companhia precisa concentrar seus investimentos na melhoria da rede de distribuição.

Tânia Mara Santos afirma que agora é o momento de se fazer o debate sobre o assunto FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / RAFAEL TOMAZ

"Quando o custo da energia elétrica é reduzido, essa redução não é apenas na conta de energia que o consumidor paga, isso tem impacto no preço dos produtos"

Tânia Mara Santos

CRISE CLIMÁTICA

Há risco de alta nos preços dos alimentos neste ano

São Paulo - A resiliência dos produtores de alimentos vai ter um grande desafio, caso as variações súbitas de clima, com sequência de períodos de calor e frio intensos e o impacto da seca, que facilita disseminação de fogo, continuem a afetar o País. É o que adianta o economista Thiago de Oliveira, da Companhia de Entrepostos e Armazéns e São Paulo (Ceagesp), ao alertar que os eventos climáticos podem afetar os preços do varejo ainda em 2024.

De acordo com Oliveira, a pressão sobre os preços aos consumidores afeta mais os cítricos, como laranjas e limões, que têm clima seco e instável como condições que podem impactar a produtividade e afetar o tempo de colheita. Essas condições podem favorecer o avanço do Cancro Cítrico ou Greening, doença bacteriana transmitida pelo inseto Psilídeo. A doença tem presença em todas as regiões produtoras do estado de São Paulo e causou a erradicação de mais de 2 milhões de pés este ano.

"Se não houver uma melhora considerável na umidade, haverá um aumento de custo considerável. Estamos falando do meio de outubro, com impacto primeiro nos preços do atacado e pouco depois nas redes de varejo, já chegando ao consumidor", explica o economista.

No estado, as hortaliças, tanto folhas como legumes, podem ter impacto em dezembro. Esses produtos tiveram boa oferta nas últimas semanas, pois o clima seco favorece a maturação e colheita, mas é ruim para os ciclos de plantio e crescimento das plantas. Esses produtos, assim como os cítricos, têm uma tendência de aumento de consumo nos meses de calor.

Oliveira destacou que o último ano foi marcado pela inconstância, com o que chamou de flutuação de sazonalidade. Em resumo, tanto o frio quanto o calor não vieram quando eram esperados ou com as frequências esperadas, dificultando o planejamento do produtor rural. "O pequeno produtor perde mais, pois diferente do grande, não tem mais de uma cultura na propriedade. Quando o módulo de produção é pequeno, não há capital de giro nem condições de investimento. Isso ainda não se reflete em endividamento, isso porque os produtores estão arriscando menos e deixam de buscar capital para plantar áreas maiores", diz Oliveira.

Perspectiva - Os valores de comercialização de frutas e verduras têm vindo de um histórico de queda recente, tanto de acordo com o controle da Ceagesp quanto o do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que registrou recuo nos últimos dois meses nos custos de produtos da cesta básica, com destaque para tomate e batata.

Os dados com os quais o Ceagesp trabalha apontam tendência positiva, com chuvas suficientes para garantir boa produção. Oliveira ressalta que isso pode mudar e depende, também, se serão distribuídas em todas as áreas de produção e ao longo do período, o que não ocorreu nas últimas semanas.

Fogo - Desde agosto, o estado tem passado por grandes queimadas, favorecidas pelo tempo seco. Até segunda-feira (16), cinco municípios paulistas ainda tinham incêndios ativos. Apesar de pouco intensas, a nebulosidade e as chuvas que atingem o estado desde o domingo (15), aliadas a uma ação coordenada com 20 aeronaves, conteve a maior parte dos focos de incêndio, que diminuíram 88% em uma semana, segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil do estado de SP (CGE).

Em todas as regiões a perspectiva é favorável ao controle e extinção dos focos, mas a Defesa Civil segue com recomendação de cuidados para evitar novas queimadas e manterá as equipes de prontidão, monitorando as áreas que foram atingidas, principalmente na região norte do estado, que não recebeu chuvas. **(ABr)**

Pequenas mineradoras ainda estão fora da Bolsa

MINERAÇÃO Ibram, que representa a indústria extrativa, e a B3 tentam mudar esse cenário no Brasil e facilitar a captação de recursos por parte dessas empresas

THYAGO HENRIQUE

No Brasil, as pequenas empresas do setor mineral enfrentam dificuldades para captar recursos financeiros e, por consequência, boa parte delas abre capital em países como Canadá, Austrália e Inglaterra, onde encontra maior facilidade para obtê-los. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que representa as mineradoras, e a B3, a bolsa de valores brasileira, almejam mudar este cenário e buscam soluções para desenvolver o mercado de capitais do País.

A gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Ibram, Cinthia Rodrigues, diz que, independentemente do porte, as mineradoras se deparam com obstáculos para listar no Brasil. Vale, CSN Mineração, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e Aura Minerals são as únicas que figuram na B3.

Entretanto, quando se fala especificamente em obter financiamentos, as *Junior companies*, aquelas que estão atuando na pesquisa mineral, são as que esbarram nas maiores objeções, conforme ela. Isso porque a fase de exploração dos depósitos é a de maior risco, o que, por vezes, afasta os investidores. "Para cada mil projetos de pesquisa, apenas um vai virar lavra", pontua.

Cinthia Rodrigues afirma que são poucos os mecanismos disponíveis no País de auxílio às mineradoras nesse estágio, e as companhias precisam obter recursos para financiar os trabalhos. Logo, se organizam e vão, usualmente, a Toronto, Sydney e Londres, mercados que são mais abertos a risco, porque dispõem de incentivos fiscais e tributários por parte do governo.

Nesses locais, se o papel comprado cair devido a uma não descoberta mineral, o investidor pode abater a diferença de valor no imposto de renda, conforme a gerente. Ela ressalta que não é necessário copiar, mas que o Brasil tem que se ater a opções como esta. Para sugerir propostas e mostrar exemplos, o Ibram conversa frequentemente com executivos e o Congresso Nacional.

Atualmente, somente grandes companhias da indústria extrativa, como Vale e CBA, estão listadas na bolsa de valores no Brasil FOTO: LEANDRO MARTINS / B3

Modelo - O superintendente de Relacionamento com Empresas da B3, Leonardo Resende, pondera que a bolsa de valores depende de duas partes para que um negócio aconteça: uma companhia que queira se listar e um investidor que queira apostar naquela empresa. Atualmente, esse ecossistema não está tão bem desenvolvido para que as *juniorcompanies*atraiam investidores brasileiros.

No Canadá, Austrália e Inglaterra, existe um ecossistema completo, que inclui regulação, analistas de *research* e investidores com conhecimentos específicos geológicos que possibilitam uma análise mais fiel aos desafios de uma pequena mineradora em fase de pesquisa mineral. Esse fato, de acordo com ele, faz com que companhias do mundo inteiro procurem esses mercados.

Resende esclarece que para esse ecossistema ser desenvolvido no País é preciso aprofundar mais sobre o que são as *Junior companies* e o que será exigido delas que seja compatível com o que conseguem fornecer e suficiente para que o investidor entenda o tamanho do risco envolvido no investimento. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver corretoras especializadas nos desafios geológicos do setor. E, por fim, os investidores precisam mapear a demanda.

Esses três pilares, na avaliação dele, passam pela B3, mas também por outros agentes, como o próprio Ibram, banco de investimentos, entre outros. "De nada adianta uma regra perfeita, se eu não tiver empresas preparadas para preencher esse segmento e investidores com vontade de investir", pondera. Para o superintendente, a construção desse ecossistema vai levar tempo, contudo, existe um enorme potencial no Brasil para que o mercado de capitais seja destravado. %

> **"No Canadá, Austrália e Inglaterra, existe um ecossistema completo, que inclui regulação, analistas de *research* e investidores com conhecimentos específicos geológicos que possibilitam uma análise mais fiel aos desafios de uma pequena mineradora em fase de pesquisa mineral"**

Invest Mining visa criar condições para o financiamento do setor

Falta regulamentação para mineradoras de menor porte entrarem na Bolsa FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALEXANDRE GUZANSHE

Em conjunto com outras entidades privadas, instituições públicas e representantes de órgãos, o Ibram formou a Invest Mining, que visa promover condições que favoreçam o financiamento da mineração no País. Cinthia Rodrigues destaca que participam da rede, especialistas em captar recursos em outros países orientando como a legislação brasileira poderia ser desenhada.

Para ela, a lei precisa vir casada com algum tipo de incentivo para as mineradoras – não necessariamente financeiro. Conforme a gerente, há conversas em andamento sobre um novo projeto de debêntures incentivadas, pois o existente não contempla todo o setor mineral.

Na Lei 14.514, de 29 de dezembro de 2022, fala-se na permissão de utilizar títulos da mineração como garantia já desde a etapa de pesquisa mineral, o que representa uma evolução positiva para as *Junior companies*. Entretanto, de acordo com Cinthia Rodrigues, a legislação não está regulamentada, e não há estimativa de data para que essa regulamentação ocorra.

A B3, que também faz parte da Invest Mining, mantém um debate ativo para acelerar o mercado de capitais brasileiro. Segundo Resende, uma das iniciativas da bolsa em prol desse avanço é replicar no Brasil os papéis de companhias que estão listadas em outro mercado, ou seja, uma dupla listagem, como ocorreu com a Sigma Lithium, por meio de BDRs (Brazilian Depositary Receipts, certificados representativos de ações de empresas estrangeiras, negociados no País).

A criação de um fundo de investimentos em projetos de minerais estratégicos, por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que prevê mobilizar até R$ 1 bilhão para mineradoras júnior e de médio porte, foi um passo importante. Embora não seja uma ação da B3, o superintendente a considera uma etapa preliminar à bolsa de valores, já que a empresa pode entrar no mercado de capitais no futuro mais preparada e com menos desafios. **(TH) %**

ÓLEO E GÁS

Produção de petróleo da União atinge 86 mil barris/dia

Rio - A produção de petróleo da União alcançou novo recorde em julho, chegando a 86 mil barris de petróleo por dia (bpd). O volume é referente aos oito contratos de partilha (81,76 mil bpd) e aos Acordos de Individualização da Produção (AIPs) das áreas não contratadas de Tupi e Atapu. O resultado é 21,13% acima da produção de junho e foi influenciado principalmente pelo aumento da produção de Mero.

No mesmo período, a União teve direito a uma produção de gás natural de 175 mil metros cúbicos por dia (m³) por dia, 5,4% maior do que o resultado de junho. Os dados fazem parte do Boletim Mensal da Produção, divulgado ontem pela Pré-Sal Petróleo (PPSA).

No regime de partilha, a União tem direito a uma parcela da produção de petróleo e gás natural de todos os campos licitados. Hoje existem 24 contratos assinados em regime de partilha e oito deles estão produzindo. Ou seja, a União tem direito a uma parcela da produção de cada um destes campos.

A PPSA é a empresa que faz a gestão destes contratos e também é a empresa que comercializa estas parcelas.

Além disso, a PPSA representa a União nos acordos de individualização da produção no polígono do pré-sal. Ou seja, toda vez que um bloco arrematado por qualquer empresa que esteja operando no polígono extrapole a área contratada, ampliando assim a sua produção em uma área não contratada, é necessário fazer um acordo de individualização da produção. A PPSA representa a União neste acordo e assim a União passa também a ter direito a uma parcela da produção.

A União não é uma empresa operadora, mas ela tem produção em função de ter participação em oito contratos e em mais dois acordos de individualização da produção das áreas não contratadas de Tupi e Atapu.

Segundo a diretora técnica e presidente interina da PPSA, Tabita Loureiro, com esse novo recorde, a União se posicionou, em julho, como a sexta maior produtora de petróleo do país. "Começamos o ano na nona posição no *ranking* e estamos crescendo. Vamos ter muito óleo para comercializar nos próximos anos. Amanhã faremos um novo processo de venda spot para comercializar 1,5 milhão de barris de petróleo em três cargas dos campos de Atapu, Sépia e Itapu e em 2025 teremos um novo leilão na B3 para vender as cargas de 2026", disse ela.

Partilha de produção - A produção total dos contratos em regime de partilha está estável em 1 milhão de barris de petróleo por dia. São oito contratos em produção e o campo de Búzios segue como o maior produtor, com cerca de 470 mil bpd, seguido de Mero (302 mil bpd) e Sépia (97,4 mil bpd). Desde 2017, início da série histórica, a produção acumulada em regime de partilha é de 873 milhões de barris de petróleo. A produção acumulada da União soma 48,37 milhões de barris. **(ABr) %**

Inadimplência das empresas recua e atinge 25,6% em Minas

SERASA Em julho, eram 611 mil estabelecimentos no vermelho no Estado

LEONARDO MORAIS

A inadimplência em Minas Gerais segue a níveis próximos de patamares históricos e atinge 25,6% das empresas. Em julho, o Estado registrou 611 mil negócios no vermelho, firmando-se como a 3ª unidade federativa em maior número de negócios endividados, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, que somaram 2,3 milhões e 619 mil respectivamente. Os dados são do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian.

Apesar de elevados, os dados referentes ao sétimo mês do ano apresentam uma tímida queda de 0,9% na em relação ao mês anterior. Na comparação com abril - a maior elevação da série histórica - a redução na inadimplência das empresas foi de 3,3% em Minas Gerais.

Já a dívida média do empreendedor em Minas Gerais avançou e está em R$ 20.087. Na comparação com janeiro deste ano, o montante de inadimplência recebeu um acréscimo de R$ 3.849.

Segundo o economista da Serasa, Luiz Rabi, a inadimplência das empresas é reflexo do aumento das dívidas do consumidor, que também estão em patamares históricos e atingem 72,5 milhões de brasileiros. "A empresa que não recebeu do consumidor tem despesas e quando um índice sobe, o outro é impactado", avalia.

Além disso, a alta nos juros também é citada como um dos principais desafios para os empreendedores equilibrarem as contas. Com perspectivas de avanços ainda maiores, a taxa básica de juros (Selic) tende a dificultar o acesso ao crédito e reduzir o consumo da população. "Estamos em quadro desfavorável. O possível aumento da Selic é negativo e isso poderá afetar a nossa economia", acrescenta Luiz Rabi.

Outro fator preocupante destacado pelo economista é a alta do dólar, que avançou cerca de 18% neste ano. De acordo com Rabi, a cotação cambial gera custo para a maioria das empresas, já que grande parte é importadora de produtos, e muitas vezes, não consegue repassar, o que acaba reduzindo a margem de lucro.

Para os próximos meses, o economista frisa que os empreendedores sofrerão um duplo impacto e, com isso, o cenário da inadimplência no Brasil dificilmente irá melhorar. "Com a alta nos juros e a economia menos aquecida, os negócios serão impactos com redução na geração de caixa. Os próximos meses serão desafiadores e é possível que a inadimplência supere os patamares recordes", argumenta.

Apesar de afetar diferentes setores, o indicador da Serasa mostrou que o segmento de "Serviços" representou a maior parte das empresas negativadas (55,9%). A análise também destacou que dentre as mais de 6,9 milhões de companhias negativadas no Brasil, 6,5 são micro e pequenos negócios com débitos que totalizam R$ 126,4 bilhões. "Os empreendimentos de portes menores são, naturalmente, mais impactados pelas dificuldades financeiras, já que possuem menor fôlego no fluxo de caixa e pouca reserva emergencial", explica.

Ao apontar soluções, o economista aconselha que as empresas já inadimplentes devem buscar renegociar as dívidas quanto antes.

Por outro lado, para negócios que estão com as contas em dia, Luiz Rabi avalia que uma gestão eficiente de caixa é decisiva no atual momento econômico, em que existem projeções de desaceleração. "O grande erro do empreendedor é achar que o bom momento vai ser replicado para o ano que vem", conclui.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 27 de setembro de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 01 de outubro de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, n° 0010284971, de 20/12/2021, com o Fiduciante **WANDERSON NATAL DE SOUZA**, brasileiro, separado judicialmente, administrador, portador do RG n° MG-11956900-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 011.962.736-18, residente e domiciliado em Araxa/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 162.823,53** (cento e sessenta e dois mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Argenita, nº 285 - B, Santo Antônio, Araxá/MG. Área construída: 74,83m² e Área de Terreno: 78,62m², melhor descrito na matrícula n° 46.328 do Ofício de Imóveis de Araxá/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 80.000,00** (oitenta mil reais – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97)**. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 22795).

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A VLI
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75 - NIRE: 31300011879 - Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 18 dias do mês de janeiro de 2024, às 10:00hrs, virtualmente, a Reunião do Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia" ou "FCA"), com sede social na Rua Sapucaí, nº 383, no Bairro Floresta, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP nº 30.150-904. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença de totalidade dos membros do Conselho de Administração, abaixo assinados, nos termos do artigo16, § 4º, do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Em conformidade com o artigo 16, § 3º, do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros manifestaram seus votos à distância, sendo considerados, portanto, presentes à reunião virtual, Fábio Tadeu Marchiori Gama, Nicolas Rodolfo Leon Szwako, Joyce Andrews da Costa e Paulino Rodrigues de Moura. Como convidada, participou o advogado da Companhia, Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão. Observadas as formalidades e em verificação ao quórum de instalação fixado nos termos do Estatuto Social da Companhia, a reunião foi validamente instalada. **4. MESA:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, que convidou o Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão para secretariar a reunião. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** a venda de vagões entra a VLI Multimodal e a FCA; e **(ii)** []. **6. DESENVOLVIMENTO E DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram e aprovaram as matérias constantes na Ordem do Dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, ressalvas ou reservas: **6.1. Aprovar** a venda intercompany de peças para vagões, entre as empresas VLI Multimodal (VLI MM) e Ferrovia Centro Atlântica (FCA), para a execução do projeto de transformação das comportas de aço para lonas (sider) dos vagões do Projeto Cenibra, nos termos apresentados ao conselho de administração. **6.2. Aprovar** a venda de estoque de materiais de Via Permanente no valor entre Ferrovia Centro Atlântica e Ultrafértil, nos termos apresentados ao conselho de administração. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes e que participaram das deliberações. Presidente da Mesa: Fábio Tadeu Marchiori Gama, Secretário: Tomás Vaz de Oliveira Brandão. Conselheiros: Fábio Tadeu Marchiori Gama, Nicolas Rodolfo Leon Szwako, Joyce Andrews da Costa, Paulino Rodrigues de Moura.Belo Horizonte/MG, 18 de janeiro de 2024. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio*. **Tomás Vaz de Oliveira Brandão** - Secretário da Mesa. **Certidão:** JUCEMG - Certifico registro sob o nº 11970573 em 12/09/2024 e protocolo: 245616951 em 11/09/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ASSISTENTE DE EVENTOS
1 VAGA

Local de Trabalho: BELO HORIZONTE/MG

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais - SENAR AR/MG (Senar Minas), torna pública a abertura do processo seletivo para o cargo de **ASSISTENTE DE EVENTOS - 1 vaga (Belo Horizonte)**, conforme previsto no **Anúncio de Vaga nº 19/2024**. As inscrições deverão ser realizadas através do cadastro de informações no site www.vagasdoagro.org.br, **de 18/09/2024 à 28/09/2024**. As informações sobre a vaga, requisitos e etapas do processo seletivo estão disponíveis no site vagas do Agro e no link: http://www.sistemafaemg.org.br/noticias/oportunidades-de-trabalho.

RESULTADO FINAL TELE SENA DE PAIS 2024

Títulos premiados Mais Pontos (28 Pontos)

0.348.432 0.722.419 0.758.327 1.006.891 1.017.380 1.089.651 1.443.394 1.478.662
1.710.066 1.970.469 2.075.540 3.310.195 3.420.451 3.894.784 4.470.171 4.766.890

285 Títulos premiados Pela Boa (27 Pontos)

Confira os números dos 285 títulos premiados no *site* www.telesena.com.br

Títulos premiados com Menos Pontos (13 Pontos)

0.016.059 0.285.182 0.307.316 0.378.348 0.461.116 0.890.842 1.099.244
1.264.612 1.492.872 1.678.617 1.730.275 1.771.000 1.846.972 2.323.095
2.658.614 3.472.114 3.895.748 4.071.431 4.517.673 4.645.999 4.764.428
4.766.718

Dezenas sorteadas Mais Pontos e Menos Pontos

01 02 03 04 05 07 08 09 13 17 19 20 22 23 27 28 29 30 31 32 33 34 36 38 42 43 44 48 50 51

Estados Premiados

Mais Pontos (28 Pontos) - RJ 02 **INTERNET** 08 **PE** 01 **MG** 01 **SP** 04

Pela Boa (27 Pontos) - ES 01 **GO** 02 **AL** 01 **PA** 02 **MT** 02 **SE** 01 **PR** 12 **RJ** 07 **RS** 07 **DF** 01 **MA** 03 **SC** 02 **BA** 04 **SP** 23 **CE** 01 **MG** 14 **INTERNET** 201 **PE** 01

Menos Pontos (13 Pontos) - SP 04 **BA** 01 **INTERNET** 13 **MG** 01 **SC** 01 **MT** 01 **PR** 01

Confira os números dos **34.520** títulos premiados com Prêmio Instantâneo e **25** títulos sorteados com a Promoção **"5 MIL PELO BRASIL"** no *site* da Tele Sena: **www.telesena.com.br**

SANTA DUNA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ/ME 22.902.593/0001-14 | NIRE 35.300.479.921
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA VIA PLATAFORMA DIGITAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

Sociedade anônima fechada criada conforme o Plano de Recuperação Judicial da MMX Sudeste Mineração S/A ("MMX"), aprovado pela assembleia geral de credores realizada no dia 28 de agosto de 2015 e constante dos Autos nº 0024.14.298.866-6, em trâmite na 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte/MG - Itens 1.2.63; 1.1.69; 5.4. ("PRJ"). O liquidante da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), na forma da Cláusula 8ª do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), convida os srs. Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada no dia 30 de setembro de 2024, em primeira convocação, às 14:00 horas e, em segunda convocação, às 14:15 horas, exclusivamente via plataforma digital de vídeo e teleconferência "Microsoft Teams", para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. ORDEM DO DIA (I) Nos termos do art. 213 da Lei 6.404/76, aprovar a prestação de contas dos atos e operações praticados no semestre e apresentar o relatório e balanço do estado da liquidação. Informações Gerais: 1. Em conformidade com o artigo 135, §3º, da Lei Federal nº 6.404/76 encontram-se à disposição dos acionistas, desde a presente data, na sede social da Companhia, os documentos relacionados às deliberações objeto desta AGE. 2. Para participarem virtualmente da AGE por meio da plataforma digital Microsoft Teams, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia nesse sentido, para o endereço eletrônico santaduna@tpcadvogados.com.br, preferencialmente até às 10:00 horas do dia 27 de setembro de 2024. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGE, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples de documento hábil de identidade do Acionista e, conforme o caso, de seu representante ou procurador, além do instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado do contrato ou estatuto social, ata ou documento de eleição do Conselho de Administração (se houver) e da Diretoria, caso o acionista seja pessoa jurídica, de modo a comprovar os poderes de representação. 3. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, a Companhia enviará para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à plataforma digital Microsoft Teams, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. 4. Os documentos financeiros e os balanços da Companhia estarão disponíveis na sede social da Companhia ou pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br. 4. O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link e instruções para acesso e participação na AGE até às 11:00 horas do dia 30 de setembro de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia até às 13:00 horas do dia 30 de maio de 2024, pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as respectivas instruções para acesso. 5. Adicionalmente, os Acionistas que tenham manifestado sua participação virtual poderão, até às 11:00 horas do dia 30 de maio de 2024, entrar em contato com a Companhia, pelo e-mail santaduna@tpcadvogados.com.br, a fim de dirimir quaisquer dúvidas com relação ao Material de Suporte. 6. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista. 7. A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista nas AGE por meio da plataforma digital Microsoft Teams. 8. A decisão da Companhia acerca da participação da AGE de modo digital foi tomada de acordo com o Art. 121, parágrafo único, da Lei 6.404/76 e Instrução Normativa DREI nº 79/2020, Art. 1º, §1º, I. 9. Nos termos do §3º da Cláusula 8ª do Estatuto Social, a AGE será instalada, em primeira convocação, com a presença de Acionistas titulares de ações representando, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Minas Gerais, 16 de setembro de 2024. Rogério Noé – Liquidante da Santa Duna Empreendimentos e Participações S.A. Em Liquidação. K-17,18e19/09

"CONVOCAÇÃO ORGBRISTOL
Pela presente fica V. Sa., convocado para reunião de sócios da Orgbristol – Organizações Bristol Ltda., a ser realizada no dia 25 de setembro de 2024, às 10h00min, em primeira convocação, na sede da sociedade, localizado na Rua dos Timbiras, 1940, sala 1817, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.140-061, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Deliberar sobre Balanço Patrimonial e sobre a Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da empresa ORGBRISTOL – ORGANIZAÇÕES BRISTOL LTDA., à vista da documentação que está disponível desde o dia 31/05/2024; (b) Outros assuntos de interesse dos sócios. Belo Horizonte, 11 de setembro de 2024."

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A VLI
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75 - NIRE: 31300011879 - Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 06 de agosto de 2024, às 18:00hs, ocorreu a Reunião do Conselho de Administração Ferrovia Centro Atlântica S.A ("Companhia" ou "FCA") com sede na Rua Sapucaí, nº 383, Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-904. **2. CONVOCAÇÃO, PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do Estatuto Social da Companhia, ante a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Manifestaram seus votos por e-mail e por isso considerados presentes na reunião, os membros titulares: Fábio Tadeu Marchiori Gama, Joyce Andrews da Costa, Rute Melo Araujo e Paulino Rodrigues de Moura. Ante a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a reunião foi considerada regularmente instalada. **3. MESA:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, que convidou o Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão para secretariar a reunião. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) o Formulário de Informações Trimestrais – ITR da Companhia, referente ao Segundo Trimestre do exercício de 2024. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussões, os Conselheiros, sem quaisquer ressalvas ou reservas, aprovaram as Informações Contábeis Intermediárias Individuais da Companhia, devidamente auditadas, relativas ao Segundo Trimestre do exercício de 2024, data base 30 de junho de 2024, bem como a sua disponibilização para Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para a B3. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da mesa declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata, que foi lida e achada conforme e foi assinada por todos os presentes: Mesa – Fábio Tadeu Marchiori Gama, Presidente; Tomás Vaz de Oliveira Brandão, Secretário; e, Conselheiros - Fábio Tadeu Marchiori Gama, Joyce Andrews da Costa, Rute Melo Araujo e Paulino Rodrigues de Moura. Belo Horizonte/MG, 06 de agosto de 2024. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* **Tomás Vaz de Oliveira Brandão** - Secretário da Mesa. **Certidão:** JUCEMG - Certifico registro sob o nº 11970603 em 12/09/2024 e protocolo: 245618155 em 11/09/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

RENT B3 LISTED NM | **LOCALIZA RENT A CAR S.A. - COMPANHIA ABERTA** CNPJ: 16.670.085/0001-55 - NIRE: 3130001144-5 | Localiza&Co

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 16 de setembro de 2024

Data, Horário e Local: 16 de setembro de 2024, às 17h00min, realizada virtualmente e na sede social da Localiza Rent a Car S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, Cachoeirinha, CEP 31150-000. **Convocação:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Participantes os seguintes membros do Conselho de Administração, a saber: Eugênio Pacelli Mattar, Luis Fernando Memoria Porto, Paula Magalhães Cardoso Neves, Artur Noemio Grynbaum, Maria Letícia de Freitas Costa, Paulo Antunes Veras, Pedro de Godoy Bueno e Sérgio Augusto Guerra de Resende, assim como do Sr. Bruno Lasansky e dos indicados nos itens abaixo para apresentações específicas. **Mesa:** Eugênio Pacelli Mattar, Presidente e Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira, Secretária. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: **(1)** a Homologação total do aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, para subscrição privada, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de junho de 2024 ("Aumento de capital"); **(2)** a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos relativos ao Aumento de Capital. **Assuntos tratados e deliberações tomadas por unanimidade, sem ressalvas: (1) Homologação total do Aumento de capital.** O Conselho de Administração homologa totalmente o Aumento de Capital, em razão da verificação da subscrição e integralização de 10.730.862 (dez milhões, setecentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e duas) **ações** ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão por Ação ("Ações"), ao preço de emissão de R$33,48 (trinta e três reais e quarenta e oito centavos) por Ação, no montante total de R$359.269.259,76 (trezentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), observado que: a. Em decorrência do Aumento de Capital ora homologado, o capital social da Companhia passou de R$17.548.980.975,01 (dezessete bilhões, quinhentos e quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta mil, novecentos e setenta e cinco reais e um centavo), dividido em 1.071.889.858 (um bilhão, setenta e um milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito) Ações para R$17.908.250.234,77 (dezessete bilhões, novecentos e oito milhões, duzentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), dividido em 1.082.620.720 (um bilhão, oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil, setecentos e vinte) Ações; b. em virtude da homologação do Aumento de Capital ora deliberada, o Conselho de Administração submeterá oportunamente à deliberação da Assembleia Geral a alteração do artigo 5º do Estatuto Social, de forma a atualizar a redação estatutária sobre a composição do capital social; e c. as Ações subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital farão jus, em igualdade de condições com as já existentes, a todos os direitos concedidos a estas, incluindo dividendos e juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a presente data. **(2) Autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos relativos ao Aumento de Capital.** O Conselho de Administração autorizou os membros da Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores devidamente constituídos a tomar todas as providências e praticar todos os atos que sejam necessários à implementação do Aumento de Capital, incluindo, sem limitação, a elaboração e divulgação dos documentos relacionados ao Aumento de Capital. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Sem mais deliberações, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da ata para posterior aprovação pelos participantes. **Certidão:** Declaro que esta é cópia fiel da ata de Reunião do Conselho de Administração acima constante, que se encontra transcrita no livro próprio, arquivado na sede social da Companhia, com a assinatura de todos os participantes: Eugênio Pacelli Mattar, Luis Fernando Memoria Porto, Paula Magalhães Cardoso Neves, Artur Noemio Grynbaum, Maria Letícia de Freitas Costa, Paulo Antunes Veras, Pedro de Godoy Bueno e Sérgio Augusto Guerra de Resende. **Suzana Fagundes Ribeiro de Oliveira - Secretária.**

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A VLI
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75 - NIRE: 31300011879 - Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 03 de maio de 2024, às 09:00hs, ocorreu a Reunião do Conselho de Administração Ferrovia Centro Atlântica S.A ("Companhia" ou "FCA") com sede na Rua Sapucaí, nº 383, Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-904. **2. CONVOCAÇÃO, PRESENÇA E INSTALAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do Estatuto Social da Companhia, ante a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Manifestaram seus votos por e-mail e por isso considerados presentes na reunião, os membros titulares: Fábio Tadeu Marchiori Gama, Joyce Andrews da Costa, Rute Melo Araujo e Paulino Rodrigues de Moura. Ante a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a reunião foi considerada regularmente instalada. **3. MESA:** Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama, que convidou o Sr. Tomás Vaz de Oliveira Brandão para secretariar a reunião. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) o Formulário de Informações Trimestrais – ITR da Companhia, referente ao Primeiro Trimestre do exercício de 2024. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussões, os Conselheiros, sem quaisquer ressalvas ou reservas, aprovaram as Informações Contábeis Intermediárias Individuais da Companhia, devidamente auditadas, relativas ao Primeiro Trimestre do exercício de 2024, data base 31 de março de 2024, bem como a sua disponibilização para Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para a B3. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da mesa declarou encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata, que foi lida e achada conforme e foi assinada por todos os presentes: Mesa – Fábio Tadeu Marchiori Gama, Presidente; Tomás Vaz de Oliveira Brandão, Secretário; e, Conselheiros - Fábio Tadeu Marchiori Gama, Joyce Andrews da Costa, Rute Melo Araujo e Paulino Rodrigues de Moura. Belo Horizonte/MG, 03 de maio de 2024. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* **Tomás Vaz de Oliveira Brandão** - Secretário da Mesa. **Certidão:** JUCEMG - Certifico registro sob o nº 11970590 em 12/09/2024 e protocolo: 245617663 em 11/09/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Janaúba XII Geração Solar Energia S.A.
CNPJ/MF nº 37.381.730/0001-90 – NIRE 31.300.136.531
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 17 de setembro de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Janaúba XII Geração Solar Energia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR-122, número s/nº, Parte 12, bairro/distrito de Algodões, CEP 39.477-654. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e (ii) alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir eventuais deliberações decorrentes desta assembleia. **5. Deliberações**: O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou sem qualquer restrição: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 1.989.109,00** (um milhão, novecentos e oitenta e nove mil, cento e nove reais) por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 81.733.774,00 (oitenta e um milhões, setecentos e trinta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais) **para** R$ 79.744.665,00 (setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais). **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **1.989.109** (um milhão, novecentas e oitenta e nove mil, cento e nove) ações ordinárias nominativas, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado é R$ 79.744.665,00 (setenta e nove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), dividido em 79.744.665 (setenta e nove milhões, setecentas e quarenta e quatro mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma."* **5.1.2.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Comércio**, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia, a qual segue acostada como "Anexo I" à presente ata. **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pela(s) acionista(s) e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Janaúba, MG, 17 de setembro de 2024. **Mesa**: **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – *Presidente;* **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário.* **Acionista**: **Janaúba Holding S.A.** (representada digitalmente por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva).

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA | MINISTÉRIO DA **DEFESA**

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90028/GAPLS/2024

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no D.O.U 141, de 24/07/2024. Objeto: Serviço de sonorização e iluminação para realização de eventos da banda de música do centro de instrução e adaptação da aeronáutica. Novo Edital: 18/09/2024 das 08h30 às 11h30 e de 13h00 às 16h00. Endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG. Entrega das Propostas: a partir de 18/09/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras/pt-br. Abertura das Propostas: 03/10/2024, às 09h00 no site www.gov.br/compras/pt-br.
Telefones: (31) 2112-9509.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

USECAR LOCADORA DE VEÍCULOS S/A
CNPJ nº 02.274.615/0001-31 - NIRE/JUCEMG nº 31300131637
Ata Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 06/09/2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 06(seis) de setembro de 2024, às 15:00 horas na sede da USECAR LOCADORA DE VEÍCULOS S/A, sociedade anônima, localizada na cidade de Belo Horizonte/MG, na Rodovia Papa João Paulo II, no.1.990, mezanino I, Bairro Jaqueline, CEP 31.748-038. **2. Mesa:** Presidência e secretaria dos acionistas Luiz Flavio Pentagna Guimarães e Roberto Maurilio Ferolla, respectivamente. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação prévia por estarem presentes os sócios/acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro em razão do que ficou dispensada a convocação da AGO, nos termos do Art. 124, § 4º da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S/As). **4. Presentes:** Acionistas representantes da totalidade do capital social: **(I) BONSUCESSO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A,** sediada em Belo Horizonte – MG, na Avenida Nossa Senhora do Carmo, nº 520, 6º andar, Bairro Carmo Sion, CEP 30330-000, com Estatuto Social registrado na Junta Comercial do estado de Minas Gerais, sob o NIRE 3130000983-1, inscrita no CNPJ sob o nº 42.920.926/0001-45, neste ato representada por seus diretores, **João Cláudio Pentagna Guimarães**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, nascido no dia 24/06/1954, Administrador de Empresas, portador da Carteira de Identidade n.º M-166.166, expedida pela SSPMG, inscrito no CPF n.º 222.731.746-91, nascido em Belo Horizonte – MG, residente e domiciliado a Rua João Antônio Azeredo, 454 apartamento 501 – Belvedere – Belo Horizonte/MG, CEP 30320-610; e **Luiz Flávio Pentagna Guimarães,** brasileiro, casado, regime de bens separação total de bens, nascido no dia 11/05/1958, engenheiro civil, portador da carteira de identidade n.º M-409.418, expedida pela SSP/MG em 18/02/2010, CPF 315.822.656-15, residente em Nova Lima, MG, na Alameda Mônaco nº 522, Riviera, CEP 34.007-110; **(II) LUIZ FLAVIO PENTAGNA GUIMARAES**, já qualificado, e **(III) ROBERTO MAURICIO FEROLLA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº MG-1.311.998, expedida pelo SSP/MG, CPF nº 198.489.946-53, residente em Nova Lima, MG, na Alameda do Morro, 85, apartamento nº 201, Vila da Serra CEP 34006-083. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a Terceira Emissão de Notas Comerciais da USECAR LOCADORA DE VEÍCULOS S/A; (ii) a outorga, pela sociedade, de aval e 30% por meio de alienação fiduciária de veículos de propriedade da emissora, em garantia às obrigações a serem assumidas no âmbito da Terceira Emissão de Notas Comerciais da Sociedade, em quantidade de 20.000 (vinte mil) séries; e (iii) a autorização à diretoria da sociedade para tomar todas e quaisquer medidas e celebrar e negociar todos os documentos necessários e/ou convenientes para a implementação da Terceira Emissão de Notas Comerciais da USECAR LOCADORA DE VEÍCULOS S/A e formalização da(s) garantia(s) supramencionada(s). **6. Deliberações**: Os Acionistas, por votação unânime e sem ressalvas, decidiram: (i) Aprovar emissão, pela USECAR LOCADORA DE VEÍCULOS S/A, de 20.000 (vinte mil) notas comerciais da terceira emissão de notas comerciais escriturais da sociedade, em série única, para colocação privada, perfazendo o montante total de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); 3ª Emissão de Notas Comerciais da Sociedade]", nos termos e condições do "*Termo da Terceira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, por meio de* aval e 30% de alienação fiduciária de veículos de propriedade da emissora*, para Colocação Privada, da* USECAR LOCADORA DE VEÍCULOS S/A, com vencimento em 36 (trinta e seis) meses, contados da data da respectiva emissão ("Termo de Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), a serem subscritas pelo Banco Votorantim S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03 ("Banco BV"), ficando a diretoria da sociedade autorizada a negociar os demais termos e condições do Termo de Emissão; (ii) Autorizar, desde já, a diretoria da sociedade a praticar todo e qualquer ato necessário ou conveniente à consecução das deliberações tomadas nos itens acima, no que for necessário para a negociação e implementação da 3ª Emissão de Notas Comerciais da USECAR LOCADORA DE VEÍCULOS S/A e formalização da(s) garantia(s) ora aprovada(s). **7- Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada esta Ata que, depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 06 de setembro de 2024. Por BONSUCESSO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A, João Cláudio Pentagna Guimarães e Luiz Flavio Pentagna Guimaraes - LUIZ FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES - ROBERTO MAURÍCIO FEROLLA - JUCEMG - Certifico o registro em 16/09/2024 sob nº 11976837 – protocolo 245618791 – Marinely de Paula Bonfim pela secretaria geral.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 30 de Setembro de 2024 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 07 de Outubro de 2024 a partir das 14h30

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** inscrita no CNPJ sob n° 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do contrato partícula com efeito de escritura pública, datado em 22/03/2021, o seguinte imóvel em lote único: Apto nº 1003, localizado no 10º pavimento da Torre 4, do Minas Village Residencial, situado na Avenida Joaquim Jose Diniz, nº 20, e sua respectiva fração ideal correspondente a 0,002963 do lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32 do quarteirão 118 do Bairro Fernão Dias, neste município de Belo Horizonte/MG, com a área privativa principal coberta de 68,43m², área privativa principal total de 68,43m², área privativa acessória (garagem) de 10,35m², área comum de 31,91m², área total de 110,69m², e com direito a vaga de garagem coberta nº 285, localizada no 1º pavimento. Matrícula nº 93.334 do 4º Cartório de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob n° 8241180011869. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 384.182,63 (trezentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos), 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 210.265,81 (duzentos e dez mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e um centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Ficam os **Devedores/Fiduciantes Marco Paulo Gonçalves Fuscaldi**, CNH nº 02271158684-DETRAM/MG, inscrito no CPF sob nº 013.337.356-85, e **Erika Fuscaldi Gomes Gonçalves**, CI nº 11516F CREFITO/MF, inscrito no CPF sob nº 041.019.636-30, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.

LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.
CNPJ 19.758.842/0001-35
NIRE 3130011578-0
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE" ou "Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, em 07de outubro de 2024, às 09h00, de modo presencial,na sede social, Rua Pólos, n° 150, Sala n° 201, na Cidade de Belo Horizonte, Bairro Santa Lucia, CEP 30360-530, com a seguinte ordem do dia:a) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, com a capitalização de saldo da distribuição de lucros e da reserva de lucros; b) Deliberar sobre a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; c)Deliberar sobre a alteração, reformulação, adaptação e consolidação do Estatuto Social; d) Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações. **Informações Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas**. Todos os documentos e informações relacionados às matérias, e necessários ao exercício do direito de voto, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, ou foram a eles disponibilizados, tudoconforme previsto na Lei nº 6.404/1976("Lei das S.A."), ou por eles solicitados, na forma dos artigos 124, §3º e 133, §2º, ambos da Lei das S.A. **2. Documentos e Representação**. Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, seja por si ou por seus representantes legais ou procuradores, que estejam com seus respectivos nomes devidamente registrados no "Livro de Registro de Ações Nominativas", nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social. Conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A., o acionista, para participar das Assembleias, deverá apresentar documento hábil a comprovar sua identidade. Se o acionista for pessoa jurídica, deverão ser entregues cópias do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e das pessoas que concederam a procuração. Na hipótese de representação por procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado, com menos de um ano. O outorgado deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos diretamente com a Companhia.

Belo Horizonte/MG, 17 de setembro de 2024.

LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA - Diretor-Presidente

Reintegra deve ser ampliado, afirma Alckmin

EXPORTAÇÕES Governo federal está avaliando adotar uma nova formatação do programa a partir do próximo ano

> "Começaremos pelos pequenos (...). É o que eu chamo de Reintegra de Transição, porque isso vai acabar com a reforma tributária"
>
> Geraldo Alckmin

Brasília - O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, disse ontem que a pasta está trabalhando para ampliar, a partir de 2025, o programa Reintegra, que permite que as empresas exportadoras recebam de volta parte dos valores pagos em impostos.

De acordo com Alckmin, o programa será feito em etapas. Na primeira fase de ampliação do programa, que está sendo chamada de Reintegra de Transição, apenas as pequenas empresas deverão ser beneficiadas.

"Começaremos pelos pequenos, a meta é o ano que vem. É o que eu chamo de Reintegra de Transição, porque isso vai acabar com a reforma tributária. Na hora em que tivermos a reforma tributária toda em vigência, não terá mais cumulatividade de crédito. Mas, até lá, estamos trabalhando para fazer um Reintegra de Transição, começando com as pequenas empresas", disse ele, ao participar da abertura do congresso da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), por meio de videoconferência.

Durante apresentação aos empresários, Alckmin também destacou a reforma tributária, que está em fase de regulamentação no Senado. "A reforma tributária desonera, simplifica e tira cumulatividade. Então ela deve estimular investimentos e exportação", disse ele, citando que previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, em 15 anos, a reforma tributária poderá aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 12%, além de impulsionar os investimentos em 14% e as exportações em 17%.

Em seu discurso, o vice-presidente falou ainda sobre o programa de depreciação acelerada para compra de máquinas e equipamentos, estimulando novos investimentos e a modernização industrial. "Sobre a depreciação acelerada, já foi feita a portaria interministerial e ela já está aberta para receber as propostas para compra de máquinas, equipamentos e aparelhos". Segundo ele, serão R$ 3,4 bilhões em créditos financeiros, sendo metade neste ano e metade no ano que vem", disse.

Vice-presidente destacou também os impactos da reforma tributária, em fase de regulamentação no Senado FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

Selic - Na segunda-feira (16), a Abimaq divulgou uma nota para criticar um possível aumento na taxa básica de juros (Selic). O índice será divulgado nesta quarta (18) pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para a entidade, o Copom deveria manter o atual patamar da Selic ou até iniciar um processo de flexibilização.

"Essa elevação pode trazer sérios riscos ao país, especialmente em um contexto em que a política monetária já se encontra em terreno restritivo, as previsões de crescimento para os próximos anos são fracas e o cenário internacional aponta para afrouxamento monetário e deflação chinesa, escreveu a Abimaq. **(ABr)**

FOLHA DE PAGAMENTO

Lula veta trechos da lei sobre desoneração

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o projeto de lei que trata da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios com até 156 mil habitantes. A sanção foi publicada em edição extra no Diário Oficial da União de segunda-feira (16).

A lei determina que a desoneração valerá por este ano, mas será reduzida gradualmente a partir de 2025, aumentando 5% a cada ano, até chegar a 20% em 2028. No caso dos municípios, a alíquota previdenciária sai dos 8% este ano e aumenta gradualmente até chegar à alíquota de 20% a partir de 2027.

Os vetos presidenciais incluem artigos que previam a criação, no Executivo, de centrais de cobrança e negociação de créditos não tributários para acordos relacionados a contenciosos administrativos, judiciais ou de cobrança de débitos inscritos – em dívida ativa ou de titularidade da União ou de autarquias, fundações – detidos por pessoas físicas ou jurídicas.

Na justificativa do veto, a Presidência argumenta que a proposta "adentra, de forma detalhada, na sistemática de centrais de cobrança e de negociação de créditos não tributários, atribuindo competências, pelo seu teor, transversalmente a unidades administrativas do Poder Executivo Federal, por meio de propositura de iniciativa parlamentar".

Nesse sentido, segundo a justificativa do veto, se aprovado, o dispositivo acarretaria "modificação na organização e funcionamento da Administração Pública", exigindo iniciativa de propositura legislativa pelo chefe do Poder Executivo.

Foi também vetado o artigo que destinaria à Advocacia-Geral da União e ao Ministério da Fazenda recursos prioritários para o desenvolvimento de sistemas de cobrança e de soluções negociáveis de conflitos para a Procuradoria-Geral Federal e para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

De acordo com a justificativa do veto, esse dispositivo contraria o interesse público, "pois restringe a órgãos específicos a destinação de recursos prioritários para o desenvolvimento de sistemas de cobrança e soluções negociáveis de conflitos, o que prejudica a adoção de critérios de oportunidade e conveniência na alocação de recursos para a política de regularização de crédito público".

O terceiro veto foi do artigo que previa a indicação, pelo Executivo, no prazo de 90 dias, de um responsável pelos custos de desenvolvimento, disponibilização, manutenção, atualização e gestão administrativa de sistema unificado de constituição, gestão e cobrança de créditos não tributários em fase administrativa das autarquias e fundações públicas federais.

Segundo o Planalto, da forma como o texto se encontrava resultaria em interferências do Legislativo em atribuições exclusivas do Executivo federal. "Essa exigência representaria interferência indevida do Poder Legislativo nas atividades próprias do Poder Executivo, uma vez que a direção superior da administração pública federal é competência privativa do Presidente da República", justificou.

Por fim, Lula vetou o artigo que designaria prazos para a reivindicação de recursos esquecidos em contas de depósito ou que tenham sido repassados ao Tesouro Nacional.

O artigo vetado definia que esses recursos poderiam ser reclamados junto às instituições financeiras até 31 de dezembro de 2027 pelas instituições depositárias. De acordo com o Planalto, esse dispositivo contraria o interesse público ao estabelecer tal prazo para a reivindicação. Além disso, o prazo seria conflitante com outros delineados para a mesma finalidade. **(ABr)**

LEGISLATIVO

Hely Tarqüínio toma posse na ALMG

Tomou posse ontem, como deputado estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o médico Hely Tarqüínio (PV). Ele retorna para cumprir seu oitavo mandato parlamentar por ter sido o primeiro suplente, nas eleições de 2022, da federação partidária composta pelo seu partido, o PV, e também pelo PT e PCdoB.

A vaga que ele ocupa foi deixada pela deputada licenciada e agora ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo (PT).

A cerimônia de posse foi realizada no Salão Nobre e conduzida pelo presidente da ALMG, deputado Tadeu Leite (MDB). Seguindo o rito previsto no Regimento Interno, Hely Tarqüínio firmou seu compromisso de atuação no Legislativo mineiro e, após a leitura do termo de posse pelo 3º-secretário da Assembleia, deputado João Vitor Xavier (Cidadania), assinou o documento que referendou seu retorno ao Parlamento.

Em seu discurso, o médico ressaltou a importância do diálogo e do respeito à Constituição Federal para uma boa atuação parlamentar. Enfatizou que é preciso um olhar especial para a Educação como forma de inspirar maior compreensão e reciprocidade entre as pessoas, combatendo o que chamou de um "meio ambiente poluído" nas relações sociais e políticas atuais. Em especial, defendeu a ampliação do acesso ao ensino superior para a criação de mais oportunidades para todos.

"A Constituição não pode ser manchada, nem desobedecida. Esse respeito à lei é o que vamos praticar no Parlamento, onde já aprendi tanto", disse.

O presidente Tadeu Leite celebrou o retorno de Hely Tarqüínio e destacou o fato de que ele retorna já com muita experiência na construção do Parlamento mineiro. Ao finalizar suas congratulações ao deputado recém-empossado, ele citou os versos do poeta Mário de Andrade para frisar a referência criada por Hely em tantos anos de atuação na ALMG: "Não devemos servir de exemplo a ninguém, mas podemos servir de lição".

Perfil - Médico-cirurgião, Hely Tarqüínio foi deputado estadual anteriormente por sete mandatos, sendo três consecutivos, entre 1991 e 2003, e mais quatro, entre 2007 e 2023.

Formado pela Faculdade Federal do Triângulo Mineiro (1966), foi cirurgião-geral dos Hospitais Vera Cruz e Imaculada Conceição, diretor e cirurgião do Hospital Regional Antônio Dias, todos em Patos de Minas (Alto Paranaíba), e supervisor do Inamps também de Patos de Minas.

Exerceu, ainda, o cargo de secretário-adjunto de Estado de Saúde na primeira gestão do governador Aécio Neves (2003-2006).

Em sua trajetória no Parlamento mineiro, foi Ouvidor da ALMG, na 18ª e 19ª Legislaturas, e 2º- vice-presidente da Assembleia, na 17ª Legislatura. Também foi, na 19ª Legislatura, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e membro das CPIs dos Fura-Filas da Vacinação e da Cemig. **(Com informações da ALMG)**

AGRONEGÓCIO

2ª Expoleite leva capacitação e melhores animais a Uberaba

PECUÁRIA Exposição, realizada pela ABCZ, é de 21 a 25 de outubro; evento tem *shopping* de sêmen Gir Leiteiro

MICHELLE VALVERDE

Com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva do leite, será realizada de 21 a 25 de outubro a 2ª ExpoLeite. A feira, que é realizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), será no Parque Fernando Costa, em Uberaba, no Triângulo Mineiro. O evento é voltado para a cadeia do leite e reunirá os melhores animais das mais importantes raças zebuínas voltadas para a produção, expositores e eventos de capacitação e atualização.

Durante a ExpoLeite, os produtores poderão conhecer os avanços da genética, investir e trocar experiências. O evento é importante por reunir ferramentas e informações que podem tornar a produção leiteira mais competitiva, eficiente e tecnificada. Conforme o diretor de pecuária leiteira da ABCZ, Rodrigo Simões, as expectativas em relação ao evento, que está em sua segunda edição, são positivas. "A primeira ExpoLeite, realizada em 2023, foi motivo de muita alegria pelo sucesso alcançado. Nós, da ABCZ, temos a certeza que a pecuária leiteira brasileira cresceu muito graças ao melhoramento genético do zebu, raça que está presente em mais de 80% das propriedades rurais produtoras de leite. Da década de 70 aos dias atuais, a produção brasileira cresceu quatro vezes e, isso, se deu, certamente, pelo melhoramento genético", reitera.

Durante o evento, estarão no Parque Fernando Costa cerca de 550 animais das principais raças zebuínas leiteiras, como, por exemplo, Gir, Gir Leiteiro, Sindi, Girolando, Guzerá e Guzolando. Haverá três leilões e um shopping de animais. A 2ª edição da ExpoLeite terá mostra de raças leiteiras, julgamentos, concurso leiteiro, palestras, cursos, homenagens e lançamentos para o setor.

Desenvolvimento do setor - O presidente da ABCZ, Gabriel Garcia Cid, explicou que a realização da feira é importante para o desenvolvimento da cadeia do leite. A criação do evento ocorreu após a Megaleite migrar para Belo Horizonte.

"A ExpoLeite é o retorno de uma feira para mostrar a importância do setor, da produção e para ressaltar um alimento tão importante como o leite. Então, a feira vem em um modelo moderno e traz ideias de outras feiras. Sabemos a força que a ABCZ tem com feiras que são vitrines, que levam informações", aponta.

A feira, segundo Cid, também tem o objetivo de cobrar ações e políticas voltadas para defender os produtores rurais brasileiros. "A ExpoLeite é muito mais que julgamentos e leilões. É o momento para trazermos assuntos e pautas importantes. Falamos como produzimos, mas, principalmente, é uma oportunidade para cobrar da classe política ações que defendam os produtores rurais brasileiros".

Eficiência e sustentabilidade - Investir na melhoria genética é o caminho para aumentar a produtividade, tornar a produção de leite eficiente e sustentável. Assim, durante a ExpoLeite, produtores do setor terão a oportunidade de conhecer o que há de mais avançado em genética.

Os produtores que buscam potencializar o melhoramento genético terão à disposição animais da raça Gir Leiteiro de criatórios consagrados no País em três leilões de animais e embriões, além de um shopping de sêmen Gir Leiteiro.

Haverá ainda julgamentos das principais raças, como o Guzerá, Sindi, Guzerá Leiteiro, Guzolando, Gir Leiteiro e Girolando. Já o Concurso Leiteiro reunirá as raças Gir Leiteiro, Sindi, Girolando e Guzolando.

Conforme a ABCZ, todos os principais eventos da ExpoLeite serão no Pavilhão Multiuso José Olavo Borges Mendes, espaço coberto com mais de 4 mil metros quadrados. Além da pista de julgamentos, o espaço abrigará ainda estandes comerciais para criadores, empresas agropecuárias e de alimentação.

Concurso Leiteiro vai reunir as raças Gir, Sindi, Girolando e Guzolando FOTO: DIVULGAÇÃO / ABCZ

BH renova vocação para ser polo de inovação em saúde

PIONEIRISMO Cidade revive efervescência com a abertura de programas setoriais e a constituição de *hubs*

DANIELA MACIEL

Nascida sob a égide do Positivismo - corrente filosófica que defende o conhecimento científico como a única forma de conhecimento válido -, Belo Horizonte logo apresentou sua vocação para uma cidade voltada, não só para os tratamentos de saúde, como para a inovação nesse campo, quando essa palavra sequer existia.

A herança deixada pela abertura da Santa Casa (1899), a criação da Escola Livre de Odontologia (1907), a Faculdade de Medicina (1911) - hoje parte da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) -, pelos sanatórios para o tratamento da tuberculose, na década de 1920, entre outros fatos, colocaram a cidade como destino de médicos, professores e cientistas.

Passado mais de um século, a cidade revive o período de efervescência com abertura de programas de inovação em grandes hospitais públicos e privados e a constituição de *hubs* de inovação aberta envolvendo grandes atores da saúde e ciências da vida, *startups*, academia, poder público e investidores.

Na Santa Casa de Belo Horizonte (SCBH), na região Leste, o programa Órix Lab conta com frentes de atuação com foco em digitalização de processos, inteligência artificial e monitoramento remoto. O objetivo do Órix é conectar as empresas, *startups*, tecnologias e pessoas aos desafios do Grupo.

De acordo com o *head* de Inovação da SCBH, Bruno Nascimento, o programa busca envolver toda a comunidade do Grupo Santa Casa no processo para propor soluções inovadoras para os problemas do dia a dia, gerando impacto no atendimento aos diversos públicos da instituição.

Para isso, uma das frentes é o projeto "Santa Ideia", que coleta sugestões de inovação dos funcionários da Santa Casa BH. As mais de 500 ideias já apresentadas variam desde a otimização de recursos até a criação de novos serviços.

Vivemos um bom momento que, na verdade, vem sendo construído há anos na Capital, diz Daniel Diniz FOTO: DIVULGAÇÃO / FRAMEWORK

Gosto do conceito de que inovação é explorar boas ideias com sucesso, afirma Bruno Nascimento FOTO: DIVULGAÇÃO / SCBH

"Gosto do conceito de que inovação é explorar boas ideias com sucesso. Perguntamos sempre o que podemos fazer para gerar um novo valor. Escolhemos o Órix (animal do grupo dos antílopes que vive na África) porque ele já foi declarado extinto duas vezes mas segue não dizimado. Assim também é a Santa Casa. Nosso objetivo é dar capilaridade à cultura de inovação. São 7 mil colaboradores, então, precisamos de uma coordenação e de indicadores para construir uma base. Hoje o comitê tem 48 pessoas representando os setores da instituição", explica Nascimento.

Uma das ideias vindas do projeto é a "Impressão em 3D de modelos anatômicos para punção venosa". Apelidada como "mãozinha", o modelo, através de técnicas de necromaquiagem, reproduz a diversidade de tons e texturas das peles brasileiras em contraposição aos modelos importados sempre brancos. A inovação também foi capaz de reduzir o custo de R$ 2 mil do importado, para R$ 70, no produzido na Santa Casa.

"O objetivo da Santa Casa é levar saúde de ponta para todos, não só para os nossos. Pensamos em diversidade e, com muito carinho, no SUS. 80% da população depende exclusivamente dele. O futuro de BH é ser uma cidade que produz conhecimento e tecnologia em saúde. Queremos criar um movimento baseado na teoria dos vasos comunicantes, em que todo mundo suba junto", ressalta o *head* de Inovação da SCBH.

Na mesma região da cidade, a Unimed-BH lançou, recentemente, o Horizontes Hub, seu projeto de inovação aberta. O espaço é dedicado à troca de conhecimento e experimentações e funciona, ainda, como residência para startups que atuam no setor de saúde.

Especializada em transformação digital e parceira da Unimed-BH em vários projetos, a Framework também se uniu ao Horizontes Hub. Para o Chief Revenue Office (CRO) da Framework, Daniel Diniz, a empresa tem muito a contribuir pela capacidade de identificar oportunidades de aplicar tecnologia.

"Participar do Horizontes é uma oportunidade de trabalhar em conjunto com diferentes empresas e encontrar soluções para problemas que uma empresa sozinha não conseguiria. Vivemos um bom momento que, na verdade, vem sendo construído há muito tempo em Belo Horizonte. A constituição desses *hubs* mostra isso e à medida que cada um encontre a sua vocação eles poderão compartilhar projetos entre si, tornando o ecossistema de inovação em saúde da cidade ainda mais dinâmico, acelerando e tornando mais barato o processo de inovação", avalia Diniz.

> **"O objetivo da Santa Casa é levar saúde de ponta para todos, não só para os nossos. Pensamos em diversidade e, com muito carinho, no SUS"**
> Bruno Nascimento

Capital ganha laboratório de biologia molecular

Laboratório vai permitir que pesquisadores, *startups* e empresas brasileiras tenham acesso aos melhores equipamentos FOTO: DIVULGAÇÃO / BIOMINAS

O ecossistema de inovação em saúde mineiro comemora a chegada de um moderno laboratório de Biologia Molecular, fruto da parceria entre o Biominas e a multinacional Himedia. O espaço oferece uma infraestrutura de qualidade para o desenvolvimento de *startups* e pesquisas que utilizam a biologia molecular, além de apresentar ao mercado as soluções da Himedia em automação genômica, proteômica e sequenciamento.

De acordo com a responsável pelo setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Biominas, Rafaela Pereira, o laboratório vai permitir que pesquisadores, *startups* e empresas brasileiras tenham acesso aos melhores equipamentos utilizados em pesquisas em biologia molecular a preço de custo, democratizando e acelerando o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos.

Para ter acesso, pesquisadores e empresas devem entrar em contato com o Biominas por *e-mail*. A partir disso, será disponibilizado um formulário para que a demanda seja detalhada. O pedido será avaliado sob a perspectiva de disponibilidade e efetividade dos equipamentos e também de segurança biológica.

"A partir dessa avaliação vamos conversar com o pesquisador para alinhar as necessidades dele com o que podemos oferecer. Havendo compatibilidade, abrimos a agenda para escolher as datas e horários convenientes para ele. Além dos equipamentos em si, ele vai contar com uma equipe treinada pelo Himedia e também com o pessoal do Biominas para auxiliá-lo", destaca Rafaela Pereira.

Segundo o vice-presidente da Himedia para América Latina e Caribe, Ricardo Garcia, o projeto com a Biominas levou em consideração a estrutura e perfil da instituição mineira e a força do ecossistema de inovação em saúde de Belo Horizonte.

"Desenhamos esse projeto há cinco anos, mas a pandemia acabou retardando a implantação. Belo Horizonte é uma praça importante, com ecossistemas de inovação e de saúde fortes. Estar aqui é uma grande oportunidade de apresentarmos nossos equipamentos e soluções para um público gabaritado e também de participarmos do desenvolvimento de pesquisas relevantes para o Brasil e para o mundo. A Himedia é uma empresa familiar criada por cientistas. O apoio ao desenvolvimento tecnológico está na nossa essência", afirma Garcia.

O valor total de mercado estimado dos equipamentos que formam o laboratório é de R$ 500 mil. A expectativa é que laboratórios de outras áreas de atuação da Himedia sejam montados na América Latina a partir do modelo criado em Belo Horizonte.

"O nosso diretor esteve na inauguração e já vislumbrou a oportunidade de outros laboratórios no próprio Biominas. Esse é um primeiro passo. Acredito que podemos abrir, a partir de Belo Horizonte, uma nova era para a Himedia, participando ativamente dos espaços de inovação em saúde na América Latina", pontua o vice-presidente da Himedia. **(DM)**

CAPITALISMO CONSCIENTE

ALESSANDRA ALKIMIN

Vice-presidente da ACMinas, Palestrante, CMO ADDHERE e Estudante de Futuros, Conselheira da Filial Regional do Capitalismo Consciente em Belo Horizonte. Redes sociais: Instagram - @alealkmim e Linkedin - Alessandra Alkmim

Uma nova era para a indústria da moda

A indústria da moda, historicamente impulsionada pelo consumo desenfreado e pela obsolescência programada, enfrenta um momento crucial de transformação. A crescente conscientização sobre os impactos socioambientais do modelo linear "produzir, consumir, descartar" tem aberto espaço para novas abordagens, como a Moda Circular. E, nesse contexto, o Capitalismo Consciente surge como um importante aliado para impulsionar essa mudança.

O Capitalismo Consciente propõe uma visão mais holística dos negócios, buscando o equilíbrio entre lucro, propósito e impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. Ele se baseia em quatro pilares: propósito elevado, cultura consciente, liderança servidora e orientação para *stakeholders*.

A Moda Circular busca romper com o modelo linear, promovendo a reutilização, o reparo, a reciclagem e a *upcycling* de roupas e acessórios. Essa abordagem visa prolongar a vida útil dos produtos, reduzir o consumo de recursos naturais, diminuir a geração de resíduos e criar um sistema mais sustentável e justo.

E qual a convergência entre Capitalismo Consciente e Moda Circular? A convergência entre o Capitalismo Consciente e a Moda Circular cria um terreno fértil para a inovação e a transformação na indústria da moda. As empresas que adotam essa abordagem buscam:

- Propósito elevado: colocar o bem-estar das pessoas e do planeta no centro de suas atividades.
- Cultura consciente: cultivar um ambiente de trabalho ético, transparente e colaborativo.
- Liderança servidora: adotar uma postura de liderança que inspire e empodere as equipes.
- Orientação para *stakeholders*: considerar as necessidades e expectativas de todos os envolvidos na cadeia de valor.

Diversas iniciativas e modelos de negócio inovadores têm surgido a partir dessa convergência, como:

- Plataformas de revenda e aluguel de roupas;
- Marcas de moda sustentável;
- *Upcycling* e customização;
- Programas de coleta e reciclagem.

A transição para um modelo de moda circular e consciente ainda enfrenta desafios, como a necessidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a mudança de mentalidade dos consumidores e a criação de infraestrutura adequada para a coleta e reciclagem de materiais. No entanto, as oportunidades são inúmeras, tanto para as empresas que se posicionarem como líderes nessa transformação, quanto para a sociedade como um todo, que poderá se beneficiar de um sistema de moda mais justo, sustentável e inovador.

O Capitalismo Consciente e a Moda Circular representam uma nova era para a indústria da moda, impulsionada pela busca por um futuro mais próspero e equilibrado para todos. Empresas e consumidores podem contribuir para a construção de um mundo onde a moda seja sinônimo de beleza, criatividade e responsabilidade.

Pesquisa inédita do Sebrae Minas sobre o mercado de brechós no Estado foi divulgada ontem em Belo Horizonte FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DIONE AS

Brechós já operam com lojas físicas e digitais

ECONOMIA CIRCULAR Setor foi impulsionado, principalmente, pela pandemia, quando a atividade ganhou a adesão de vários consumidores

DIONE AS

Seis em cada dez brechós em Minas Gerais já funcionam simultaneamente como lojas físicas e virtuais. É o que revela uma pesquisa inédita do Sebrae Minas sobre o mercado de brechós no Estado, divulgada ontem (17).

O estudo mostra que o setor foi impulsionado, principalmente, pela pandemia, quando a atividade ganhou relevância em municípios mineiros, assegurando emprego e renda para as famílias e valorizando práticas sustentáveis e a economia circular.

Além disso, também motivou o crescimento desse mercado uma mudança de comportamento nas tendências da moda, estimulada pelo surgimento de novos públicos. Isso ajudou a aquecer o setor e também adicionou novos empreendimentos ao mercado.

Ainda conforme a pesquisa, 22% das micro e pequenas empresas (MPEs) mineiras do ramo investem somente em lojas físicas, enquanto a mesma porcentagem continua apostando em estabelecimentos que operam exclusivamente pelos canais digitais.

"Minas Gerais se tornou referência nos últimos anos pelo crescimento de brechós, se tornando um dos destaques em todo o País na geração de renda. No entanto, conquistar novos clientes é sempre um desafio a mais para os empreendedores, o que os motiva a buscar variadas opções de canais de vendas. Os números mostram que há uma tendência significativa de expansão múltipla das plataformas, com o objetivo de maximizar o alcance e a conveniência tanto para os vendedores quanto para os consumidores", avalia a analista do Sebrae Minas, Tábata Moreira.

Perfil dos consumidores - A pesquisa também abordou o comportamento dos consumidores na aquisição de peças de roupas dos brechós. Para 61% dos entrevistados, a preferência pelo mercado de usados se deve à qualidade das peças. Outros 27% acreditam que os clientes compram pela possibilidade de terem acesso a roupas de grife com preços acessíveis.

"Muitos clientes já se atentaram para o consumo consciente das peças e para a possibilidade de adquirirem roupas de alto padrão que teriam um valor mais elevado nas lojas convencionais. Logo, eles estimulam o reúso das peças e contribuem para o fortalecimento dos negócios do setor", explica a analista do Sebrae Minas.

TikTok favorece vendas - O Distacco Fashion Store, localizado no bairro Santa Cecília, região do Barreiro, em Belo Horizonte, foi fundado por Katia Almeida. Ela viu no segmento de brechós uma oportunidade e começou a empreender em 2016, logo após ficar desempregada. Foi a forma que encontrou para viver de forma independente e fazer a sua renda.

"Escolhi esse segmento, pois era possível empreender com baixo custo. Comecei na garagem da minha casa e deu certo. Passei a investir mais no meu negócio e, com o passar do tempo, em 2018, vi a necessidade de migrar para o digital, mas mantive a minha loja física. Até porque

Katia Almeida, da Distacco Fashion Store, viu no segmento de brechós uma oportunidade e começou a empreender em 2016, logo após ficar desempregada FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DIONE AS

as pessoas gostam de experimentar a peça, pegar no tecido, provar na loja, e esse público ainda é grande", enfatiza.

Uma das apostas mais recentes da empreendedora foi investir em canais diferenciados no meio digital, para além do Instagram e do Facebook, para vender seus produtos.

"Hoje eu também estou no TikTok justamente para alcançar um novo público, que é mais jovem. E com a moda circular, que é a moda do futuro, mostro também aos jovens a oportunidade de ficar na moda e apoiar empreendimentos com essa proposta que está crescendo não somente no Brasil, mas no mundo", pontua Katia Almeida.

Moda criativa - Proprietária do Brechó da Jó, que fica na cidade de Formiga, no Centro-Oeste mineiro, Josiane Rezende viajou quase 230 quilômetros para acompanhar a divulgação do estudo do Sebrae.

Ela conta que eventos como este, que reúnem empreendedores de brechó, é uma oportunidade para fortalecer negócios e propósitos.

"Em Formiga, tenho um brechó desde 2017, sabemos da importância dos brechós, que já existem há mais de 80 anos, mas que vêm mudando de nome ao longo dos anos até chegarmos na então moda circular", pontua.

Para ela, o crescimento de negócios na internet traz um novo olhar sobre a atuação dos brechós e reforça o quanto é necessário repensar a moda no dia a dia.

"Estou na internet desde o início. Há oito anos tenho visto que o digital ajuda a reforçar a importância de reciclar e restaurar as peças, reutilizar o guarda-roupa e criar um conceito de que transferir e reutilizar itens de vestuário e acessórios realmente fazem diferença na vida das pessoas", conclui.

Atividade impulsiona mercado da moda

Com o crescimento do mercado de reúso de peças, principalmente durante a pandemia, o Sebrae Minas criou o Moda Brechó (anteriormente chamado de "Viver de Brechó"), iniciativa que, desde 2022, oferece capacitações em gestão, finanças e marketing e incentivo à formalização nos negócios.

Nas ações, as empreendedoras aprendem sobre estratégias de relacionamento com o cliente, *marketing* digital e técnicas de vendas.

A iniciativa integra as ações do programa Integra Moda, desenvolvido para tornar Minas Gerais uma referência na moda e também uma das principais rotas de comércio desse mercado no País.

O programa também inclui a promoção de eventos e ações direcionados a diversos segmentos da moda, respeitando e ativando as vocações locais por meio da inteligência de dados.

Outros dados - A pesquisa foi realizada entre outubro de 2023 e março de 2024, com cerca de 100 brechós distribuídos por cidades em várias regiões de Minas Gerais. Entre os donos de pequenos negócios entrevistados, observa-se que:

- 52% já estão no ramo dos brechós há pelo menos três anos;
- 16% trabalham com os empreendimentos de cinco a oito anos;
- 13% estão no negócio há mais de oito anos;
- 16% se encontram nesse tipo de atividade há menos de um ano,
- 31% dos entrevistados apontaram que trabalham com brechós de um a três anos.

"O ramo de brechós sempre teve uma dinâmica ao longo dos anos, com muitas entradas novas, mas se tornou uma base estável de operações no longo prazo. Isso significa que é uma atividade com boa retenção após o período crítico enfrentado por todo tipo de negócio, independentemente do setor", explica a analista do Sebrae Minas, Tábata Moreira.

O estudo também mostra que 47% dos pequenos negócios se preocupam com o *marketing* e atração de novos clientes. Para 41%, a maior preocupação é a aquisição de estoque de qualidade, enquanto 33% dos entrevistados relataram problemas de gestão financeira.

Por fim, 32% dos donos de brechós lembraram do controle e organização de estoque e 25% afirmam que a sazonalidade das vendas é o principal desafio do negócio. **(DA)**

Empreendimentos sobre rodas têm vantagens e desafios

NEGÓCIOS ITINERANTES Alimentos e acessórios são os produtos mais comercializados em bicicletas, kombis e *food trucks*, veículos mais populares da modalidade

JULIANA GONTIJO

Ir onde o cliente está é uma das vantagens dos negócios itinerantes, que podem ser viabilizados por meio de vários tipos de veículos, como bicicletas, kombis, *trailers*, *food trucks*, entre outros. No entanto, esse modelo de negócio também tem desafios, como a falta de previsibilidade financeira e a burocracia para a legalização.

Os negócios mais comuns são os de alimentação e acessórios, mas são vários os segmentos com possibilidade de atuação. É que o formato apresenta algumas vantagens interessantes, entre elas, a oportunidade de testar o modelo de negócio antes de investir uma grande quantia num ponto fixo, por exemplo.

"Esses negócios apresentam um custo menor de manutenção e não podemos deixar de citar a possibilidade de acessar públicos de locais diferentes e manter a sensação de novidade constante", explica a analista do Sebrae Minas, Viviane Soares.

Mas a especialista pondera que ao optar por um negócio com uma loja física ou do tipo itinerante, o empreendedor deve realizar um bom planejamento, testar o modelo e definir os riscos que está disposto correr. "A pessoa é que precisa definir com qual área se identifica e o quanto conhece daquele negócio", alerta.

Para ela, é importante que o empreendedor leve em consideração a praticidade e a personalização dos produtos ou serviços que vai trabalhar. "Uma possibilidade de inovação é a pessoa sair do óbvio e trabalhar também com os serviços de manicure, entretenimento, como os cinemas itinerantes e parques, lojas de produtos sazonais, por exemplo, artigos de Natal", sugere.

Ainda assim, Viviane Soares chama atenção para o fato de que o negócio itinerante não está livre de cumprir as regulamentações do município. "É preciso ter atenção a cada local e cidade que o negócio se instalará. Outro ponto fundamental diz respeito à divulgação, uma vez que a cada momento a atividade estará num local diferente e o público precisa dessa informação", afirma. Para isso, a presença nas redes sociais é importante, segundo ela.

A analista do Sebrae Minas também frisa que a área financeira desse tipo de negócio requer atenção redobrada, pois se ao levar o negócio para um lugar novo, não há como prever a receita. Já entre os pontos positivos, ela cita a flexibilidade do deslocamento, que permite a participação em feiras e eventos e até o aumento do faturamento oriundo de renda adicional.

"Além disso, como o negócio é itinerante, uma alternativa é a identificação de parceiros que possam preparar o terreno para que a empresa chegue aos consumidores compatíveis com o produto ou serviço que a empresa oferece", aconselha.

Um dos benefícios dos negócios itinerantes é a flexibilidade do deslocamento FOTO: REPRODUÇÃO FACEBOOK

Viviane Soares, do Sebrae Minas, lembra que o negócio móvel não está livre de cumprir as regulamentações do município FOTO: DIVULGAÇÃO / SEBRAE

Carolina Coscarelli teve uma *food bike*, depois uma kombi e agora mantém a loja Chocake, no Funcionários FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Do *food truck* para a loja física

Carolina Coscarelli iniciou sua jornada no empreendedorismo com a modalidade itinerante com uma *food bike*, em 2015. Depois passou a utilizar uma kombi 1973. "Eu abri o *food truck* em 2016, na época estava no auge da moda, tinham vários encontros e eventos com eles", diz. Hoje, ela tem uma loja, a Chocake, no bairro Funcionários, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, e também vende pelo *site* da empresa.

Ela conta que o *food truck* é um modelo de negócios com um investimento menor e um retorno mais rápido. "Com a kombi, se eu estacionava em algum local que não estava vendendo, era só fechar e dirigir para outro lugar mais movimentado. Ela fazia o maior sucesso", lembra.

A empresária concorda que ter um negócio itinerante tem vantagens e desvantagens. Entre os pontos positivos ela cita a facilidade de se locomover, o investimento mais baixo e o retorno mais rápido.

"As desvantagens são todas relacionadas ao modelo de negócio. Para colocar a Kombi em um ponto bom, tínhamos que chegar muito cedo e a logística de armazenar os doces também era complicada. E também dependíamos do clima; se chovia, não conseguíamos abrir e, se estava muito quente, os doces podiam derreter", diz. Ela acrescenta a burocracia para conseguir a licença, que também é cara, entre os pontos negativos.

A decisão de concentrar os negócios no modelo físico está relacionada com o clima. "Passamos uma temporada de muita chuva e não conseguia abrir a kombi de forma nenhuma. Tomei um prejuízo muito grande na época e decidi migrar para o modelo tradicional", conta. Porém, a empreendedora não descartou seu *food truck*. "Hoje ainda tenho a 'kombinha' onde faço eventos", frisa.

Embora há alguns anos os *food trucks* eram mais comuns pelas ruas de Belo Horizonte, Carolina Coscarelli afirma que o modelo não se esgotou. "Ainda tenho muita procura para eventos de rua com o *food truck* e acredito que um carrinho bem feito chame muita atenção e ainda fará muitas vendas na rua", diz. Para ela, é importante é escolher o nicho certo e investir no design atrativo do *food truck*. **(JG)**

Potes da Zizi está em eventos e feiras

Sherly Kerolley Guimarães Falcão Nogueira, mais conhecida como Zizi, também fala das vantagens de se ter um negócio itinerante. Ela ressalta a possibilidade de alcançar diversos tipos de clientes, além da divulgação da marca. E diz que o negócio permite participar de eventos e feiras, bem como a atuação num ponto fixo.

Ela conta que comercializa seus produtos, como bolo no pote, tortas em fatias, bolo de aniversário, entre outros, numa *food bike* aos finais de semana. "Frequento feiras, participo de eventos e fico também na portaria do condomínio onde moro. E o melhor, sem se preocupar com o aluguel do estabelecimento. Pretendo ter um *food truck*, que é um investimento alto para o momento", afirma.

Antes de se tornar microempreendedora individual (MEI), Sherly Nogueira trabalhou durante 20 anos no mercado de locação de veículos. Um dos motivos que a fez optar pela área foi a possibilidade de acompanhar mais de perto o desenvolvimento do filho. "Foram muitas transformações que me levaram a pesquisar sobre o empreendedorismo. Me encantei com os bolos de pote, vi que era produto que poderia produzir em casa", lembra.

Em seguida, ela pensou em como seria a sua atuação, que começou em Minas e depois da pandemia passou para o Espírito Santo. "Queria ter um local onde as pessoas soubessem que encontrariam um doce feito com muito amor e também não podia alugar loja. Primeiro, eu pensei em um carrinho de picolé diferenciado, mas quando fui fechar a compra percebi que não me causava emoção. Entrei numa maratona de pesquisa na internet e vi a *food bike*, que seria a minha lojinha itinerante charmosa", relembra.

Depois disso, Zizi começou a se especializar, investindo em cursos e se apaixonou pela confeitaria.

A empreendedora explica que ter um negócio itinerante tem suas especificidades e uma delas é o cuidado com a embalagem, que tem que ser bonita, sem deixar de lado as características e cuidados com o produto durante o transporte.

Outro ponto importante é a divulgação por meio das redes sociais. Mas pondera que "o boca a boca continua sendo muito bom". **(JG)**

Sherly Nogueira trabalhou por 20 anos no mercado de locação de veículos e hoje roda a cidade com sua *food bike* FOTO: ARQUIVO PESSOAL

No primeiro semestre, foram investidos R$ 11 bilhões no mercado fotovoltaico de GD e o Brasil atingiu a marca de 2,7 milhões de unidades consumidoras conectadas FOTO: DIVULGAÇÃO / GREENER

Minas lidera empreendimentos de minigeração distribuída

ENERGIA SOLAR Estado ocupa a 4ª posição no *ranking* de potência fotovoltaica adicionada por meio de GD (acima de 75 kWp), com 178 MW de potência incorporada entre janeiro e junho

O mercado fotovoltaico de Geração Distribuída (GD) continua em aceleração. No primeiro semestre, foram investidos R$ 11 bilhões na modalidade, e o Brasil atingiu a marca de 2,7 milhões de unidades consumidoras conectadas, com 99,6% das cidades contando com pelo menos um sistema de GD solar instalado. A classe residencial voltou a crescer, impulsionada por fatores como preços mais baixos, queda na taxa de juros e retomada gradual do interesse do consumidor. Estes são alguns dos principais indicadores do mais recente Estudo Estratégico de Geração Distribuída, produzido pela Greener.

Minas Gerais lidera o *ranking* de potência de projetos de mini GD solar (acima de 75 kWp), com 178 MW de potência adicionada entre janeiro e junho. O Estado também figura entre os maiores consumidores de energia solar GD (mini e micro), ocupando a 4ª posição, com 354 MW de potência adicionada e R$ 1,03 bilhão em investimento estimado.

De acordo com o estudo, os preços de sistemas fotovoltaicos para clientes residenciais e comerciais (até 75 kWp) registraram em junho queda de 6% em comparação a janeiro. Para sistemas acima de 150 kWp, a redução foi de 15%. A diminuição no custo dos módulos foi um dos fatores determinantes para essa variação.

Com relação ao cenário de financiamento, levantado pela Pesquisa GD junto a integradores de todo o País, o formato apoiou 51% das vendas, possivelmente estimulado pela redução das taxas de juros e menor restrição ao crédito pelos bancos.

Já o retorno do investimento apresentou melhora em junho, com redução de 10% do *payback* para as instalações locais residenciais em comparação a janeiro, reflexo da queda do preço dos sistemas fotovoltaicos.

Na primeira metade deste ano, o Brasil também bateu recorde de importação de módulos, com 10,7 GW nacionalizados, maior volume registrado em um semestre. Dessa capacidade, 7,5 GW (70%) foram destinados ao mercado de GD, aumento de 5 pontos percentuais em relação a 2023, estimulado também por projetos de usinas maiores destinadas à geração compartilhada e autoconsumo remoto.

"Tivemos uma importante recuperação do mercado nos seis primeiros meses deste ano, já que o mesmo período referente a 2023, que veio logo após a mudança regulatória, foi bastante desafiador em termos de demanda, tanto para os clientes da classe residencial quanto da classe comercial. A tendência é de que essa aceleração se mantenha para os próximos semestres", afirma o CEO da Greener, Marcio Takata.

O Estudo Estratégico de Geração Distribuída do primeiro semestre pode ser acessado gratuitamente no *site* da Greener (*https://acesse.dev/scSmB*).

> **"Na primeira metade deste ano, o Brasil também bateu recorde de importação de módulos, com 10,7 GW nacionalizados, maior volume registrado em um semestre"**

RECONHECIMENTO

Barbosa Mello e Bem Brasil figuram em *ranking*

A Construtora Barbosa Mello (CBM) manteve-se no top 3 do *ranking* setorial da Construção e Engenharia do anuário Valor 1000, divulgado segunda (16/9). Feito pelo jornal "Valor Econômico", em parceria com a Serasa Experience e o Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, o estudo avalia os balanços financeiros de 2023 e as práticas ESG das empresas para chegar aos resultados.

Para a empresa, o resultado é fruto do que a CBM chama de Engenharia de Valor, que valoriza a constante evolução com soluções inovadoras em segurança, produtividade e sustentabilidade. O modelo de gestão, com uma operação integrada, oferece soluções cada vez mais eficientes e personalizadas. E as equipes multidisciplinares são desenvolvidas constantemente, valorizando o engajamento e o conhecimento técnico, seguindo o lema "ensinar e aprender o tempo". Dessa forma, estar aberto ao novo passa a ser uma atitude essencial na cultura da empresa, tornando os profissionais os protagonistas de uma entrega de excelência.

A posição no *ranking* também está relacionada aos trabalhos da empresa nas dimensões ESG. Dedicada a deixar um legado social positivo nas comunidades onde atua, a CBM realiza iniciativas de responsabilidade social, contribuindo com o desenvolvimento local, com foco na melhoria da educação, da saúde, da cultura e da qualidade de vida das pessoas. No último ano, desenvolveu mais de 70 ações sociais, impactando positivamente mais de 47 mil pessoas.

Na agenda ambiental, obteve o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol, o mais alto padrão de qualificação concedido as empresas que demonstram excelência em suas práticas de relatórios ambientais, garantindo a máxima transparência e precisão nos relatos dos escopos 1, 2 e 3 do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Alimentos - Com duas unidades fabris no Triângulo Mineiro, a Bem Brasil, líder de vendas de batatas congeladas no País, comemora ao longo de sua trajetória de mais de 17 anos, importantes reconhecimentos que a empresa conquistou no setor de varejo. O mais recente deles é o avanço de 88 posições em relação ao ano anterior no anuário Valor 1000, do "Valor Econômico", pelo qual a empresa hoje se encontra em 358ª colocada. A empresa é a 3ª colocada na classificação final do setor. Além disso, a Bem Brasil também conquistou posições de destaque nos quesitos Margem Ebitda (2ª colocada), rentabilidade (3ª), evolução da receita líquida (1ª) e cobertura de juros (3ª). A empresa foi a terceira colocada na classificação final do setor.

A 24ª edição do anuário Valor 1000 chega consolidado como o mais completo anuário que avalia as empresas em operação no Brasil. É fonte de consulta e referência entre executivos, líderes e leitores, garantia de grandes negócios.

"É um orgulho muito grande para nós a conquista deste reconhecimento. A empresa vem, ano após ano, colhendo os frutos do belo trabalho que vem fazendo para se consolidar como a marca preferida dos brasileiros. Esperamos seguir por este caminho, que tem nos rendido ótimos resultados", diz o CEO da Bem Brasil, Dênio Oliveira.

A Construtora Barbosa Mello (CBM) manteve-se no top 3 do *ranking* setorial da Construção e Engenharia do anuário Valor 1000 FOTO: REPRODUÇÃO / SITE CBM

LEGISLAÇÃO

Bancos devem promover campanhas sobre golpes contra idosos em Minas

FRAUDES FINANCEIRAS Estado sanciona lei que estimula a conscientização permanente

IRIS AGUIAR *

O governo de Minas Gerais sancionou uma lei que visa incentivar instituições bancárias e financeiras a promover campanhas permanentes de conscientização e combate a golpes financeiros, especialmente voltados para o público idoso. A sanção do Projeto de Lei 176/2023 foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado.

Minas Gerais é o terceiro estado com maior número de idosos, de acordo com o Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Cerca de 12% da população do Estado é composta por pessoas com 65 anos ou mais. Esse público é considerado especialmente vulnerável a fraudes financeiras, o que motivou a criação da nova legislação.

A lei estabelece que as campanhas educativas devem fornecer orientações claras sobre como proceder em casos de tentativas ou ocorrência de golpes. O governo estadual, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese), espera que a articulação com bancos e instituições financeiras ajude a mitigar os riscos enfrentados por essa parcela da população.

A proposta foi originalmente apresentada pela deputada estadual, atualmente licenciada, e atual secretária da Sedese, Alê Portela.

Com a sanção da lei, o governo de Minas busca estabelecer uma conexão mais direta com bancos e instituições financeiras em todo o Estado, incentivando uma abordagem contínua de conscientização e educação sobre o tema.

O crescente envelhecimento da população traz desafios adicionais, uma vez que a tendência é que essa proporção continue a aumentar nos próximos anos, ampliando o público vulnerável a esse tipo de crime.

A secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Alê Portela, destacou que a implementação da nova lei permitirá um diálogo direto com as instituições financeiras, para garantir que as campanhas de conscientização sejam realmente eficazes e contínuas.

"A nova lei é um avanço para proteger nossos idosos, que representam uma parcela da população mais sensível aos golpes financeiros", afirmou Alê Portela.

Os golpistas se aproveitam de fatores como a falta de familiaridade dos idosos com tecnologias digitais FOTO: JOEDSON ALVES / AGÊNCIA BRASIL

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os golpes financeiros que atingem pessoas acima de 60 anos representam uma fatia significativa das fraudes reportadas no setor financeiro.

Os golpistas se aproveitam de fatores como a falta de familiaridade com tecnologias digitais e o maior nível de confiança em terceiros, o que pode aumentar a vulnerabilidade dos idosos.

Proteção - A nova lei, além de conscientizar sobre os riscos, busca informar os idosos sobre os canais de denúncia e as medidas de proteção que podem ser adotadas, contribuindo para a redução da exposição a fraudes.

O envelhecimento da população em Minas Gerais, e no Brasil de forma geral, exige a criação de políticas públicas específicas que possam enfrentar os desafios trazidos por esse cenário. A expectativa é que, com o avanço dessa legislação, os idosos mineiros possam se sentir mais protegidos e informados sobre os riscos que envolvem fraudes financeiras.

Além disso, a norma abre espaço para um esforço contínuo de monitoramento e avaliação da eficácia dessas campanhas de conscientização. A meta é garantir que as ações propostas pela lei realmente cheguem aos idosos e que eles possam ter acesso a informações claras e precisas sobre como evitar os golpes. **(*Estagiária sob supervisão da edição/com informações da Agência Minas)**

> **"A nova lei é um avanço para proteger nossos idosos, que representam uma parcela da população mais sensível aos golpes financeiros"**
>
> Alê Portela

APOSTAS

Governo prepara pente-fino em empresas

São Paulo - O Ministério da Fazenda irá suspender a partir de outubro as empresas de apostas que ainda não pediram autorização para funcionar, de acordo com portaria publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU).

A portaria estabelece que, do próximo mês até o fim de dezembro, só podem continuar funcionando as empresas de apostas quota fixa, como as apostas esportivas, que já estão atuando e que solicitaram autorização para explorar a modalidade até a última segunda-feira (16).

Segundo nota da Fazenda, até dezembro a pasta deve concluir o processo de análise dos primeiros pedidos recebidos e, a partir de 1º de janeiro de 2025, quando terá início o mercado regulado de apostas no Brasil, só poderão atuar as empresas que se enquadrarem nas leis e portarias de regulamentação criadas pelo ministério.

Antes disso, ainda este ano, as empresas aprovadas terão que pagar a outorga de 30 milhões de reais para começar a funcionar e, a partir de janeiro, precisarão cumprir todas as regras para combate a fraude, lavagem de dinheiro e publicidade abusiva, entre outras.

"A partir de outubro, as empresas que não pediram autorização através do Sistema de Gestão de Apostas do MF (Sigap) serão classificadas como ilegais até que obtenham autorização da Fazenda", diz a nota.

Quem solicitou autorização, mas ainda não estava atuando, terá que aguardar para iniciar a operação em janeiro, se conseguir liberação do ministério, mediante o cumprimento de todos os requisitos.

"Têm vindo à tona muitas operações policiais envolvendo empresas que atuam no mercado de apostas de forma criminosa. Essa foi a forma que encontramos de não aguardar até janeiro para começar a separar o joio do trigo. Queremos proteger a saúde mental, financeira e física do apostador, coibindo a atuação de empresas que utilizam as apostas esportivas e os jogos *on-line* como meio de cometer fraudes e lavagem de dinheiro", explicou na nota o secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Regis Dudena. **(Reuters)**

Regis Dudena afirma que muitas empresas atuam no mercado de apostas de forma criminosa, inclusive em lavagem de dinheiro FOTO: LULA MARQUES / AGÊNCIA BRASIL

DIREITO PARA PEQUENOS NEGÓCIOS

LUIZ FELIPE PEREIRA RIBEIRO

Membro da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB/MG

Direito do microempresário em fiscalização

Qual empresário nunca se deparou com algum tipo de fiscalização?

Esse artigo visa esclarecer o direito do microempreendedor individual, da microempresa e da empresa de pequeno porte quando sofrem fiscalizações do Procon ou das promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor.

O Estado possui os poderes de polícia e de fiscalização, sendo eles de extrema importância para o bom e correto funcionamento de todos os órgãos estatais e dos poderes da República. Contudo, é salutar destacar que não raras às vezes a fiscalização é eivada de excessos e, para tanto, temos que estar atentos aos nossos direitos básicos.

A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 170, inciso IX: "Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País".

Por outro lado, a Política Nacional das Relações de Consumo, elencada no art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, tem como objetivo a harmonização de todas as partes envolvidas na relação de consumo, de modo a viabilizar a boa-fé, equilíbrio nas relações de consumo, bem como educação e informação.

Nesse sentido, as resoluções PGJ 57/22 e Procon-MG 03/18, que estabelecem normas gerais do exercício do poder de polícia e de aplicação das sanções administrativas, mencionam expressamente sobre fiscalização orientadora.

Em se tratando de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte, a primeira fiscalização realizada no estabelecimento comercial, quanto às irregularidades verificadas, será orientadora, devendo o agente fiscal mencioná-las no auto de constatação e notificar o fornecedor para saná-las, no prazo indicado no formulário de fiscalização ou fixado pela autoridade administrativa responsável pela diligência, sob pena de autuação, caso as infrações sejam novamente verificadas numa futura fiscalização.

Para exemplificação, analisemos o presente caso hipotético: "Agentes de fiscalização vão em um restaurante ou barzinho que oferece música ao vivo e que cobra o *couvert* artístico; chegando no local constata-se irregularidade por falta de informação expressa sobre o valor do *couvert*, com base no CDC, artigo 6º, inciso III, cumulado com a Lei Estadual nº 15.138/2004, artigo 1º, que, dispõe expressamente sobre a obrigatoriedade da referida informação sobre o *couvert*; em sendo a primeira fiscalização naquele ambiente, deve ser orientadora".

Portanto, conclui-se que a primeira fiscalização dos órgãos responsáveis pela Defesa do Consumidor deve ser sempre em caráter orientador para os micro e pequenos empresários e, caso não cumpridas as supostas irregularidades, passariam à aplicação de multas e sanções administrativas.

FINANÇAS EM FOCO

PAOLA CARVALHO

Jornalista especializada em economia e finanças pessoais

Do Pix aos contratos inteligentes: revolução nas transações com dinheiro

As transformações tecnológicas impactam no comportamento das pessoas, inclusive na nossa forma de lidar com o dinheiro, e são capazes de mudar todo um sistema econômico. Se antes a carteira precisava estar recheada de notas, moedas, cheques e cartões, hoje é bem diferente: um *smartphone*, do modelo mais simples, e conexão com internet pode solucionar qualquer demanda do dia a dia.

Recentemente, mediei um painel no Minas Summit, organizado pelo Órbi Conecta, grupo FCJ e comunidade San Pedro Valley, que trouxe exatamente esse assunto à tona. Os especialistas que subiram ao palco - Pedro Saliba, *head of corporate venture* no Banco do Brasil; Murilo Guimarães, superintendente de crédito do banco Inter; e Danilo Herculano, *head set investors* M&A e *new business* no BMG - explicitaram como a revolução com a digitalização do dinheiro estão criando novas formas de transações no dia a dia dos brasileiros.

O Pix, por exemplo, se tornou um *case* mundial clássico de sucesso. A inovação brasileira permite transações instantâneas, todos os dias da semana, 24 horas por dia. Quem viveu a era de que o dinheiro "vivo" ter que ser depositado no banco e, posteriormente, as transferências que demoravam dias para serem aprovadas, sabe bem o quanto isso foi revolucionário. Dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), baseados em levantamentos divulgados pelo Banco Central (BC) e pela Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs), mostraram que em 2023 foram feitas 42 bilhões de transações com o Pix, um crescimento de 75% em comparação com o ano anterior.

São mudanças impulsionadas pela aceleração da tecnologia, mas também com foco em simplificar a vida das pessoas, em uma administração financeira completa na palma da mão. E esse é apenas o começo. Com o aumento da segurança, a partir da *blockchain*, acompanhamos o aumento dos criptoativos, criptomoedas e as CBDCs, moedas digitais emitidas por bancos centrais.

No Brasil, o Drex - o real digital - está passando por uma nova etapa de testes. Mas, já existem municípios em São Paulo e Ceará utilizando criptomoedas para pagamentos. E Sergipe tem um caso interessante, onde o uso de moedas digitais ajudou a reter dinheiro na economia local, o que fomentou o desenvolvimento econômico e também reduziu a saída de capital. Com todos esses avanços, veremos, em breve, tokenização de títulos públicos e transações *cross-border*.

Se hoje o natural já é pegar um Uber cobrado automaticamente no aplicativo, comprar um sapato com desconto por meio do Pix e fazer o sacolão da semana com pagamento pela carteira digital, estamos caminhando para um momento onde será possível, digitalmente, usar um patrimônio como garantia de empréstimo instantaneamente. E não para por aí.

Mercado imobiliário dos EUA é foco de novo fundo

INVESTIMENTOS Sagewood Corporation e Urca Capital Partners se unem para captar recursos para aportar em incorporação e construção no mercado norte-americano

JULIANA SODRÉ

A Sagewood Corporation, incorporadora e construtora com atuação há mais de 20 anos nos Estados Unidos (EUA) e, mais recentemente, no Brasil, e a Urca Capital Partners, empresa especializada em gestão de recursos e finanças corporativas, se uniram para criar um fundo de investimento financeiro com foco no mercado imobiliário norte-americano.

A join venture formada cria o Urca Sagewood Real Estate Fund, um fundo de investimento aberto em que investidores compram cotas que rendem de acordo com as alocações do fundo que, no caso específico, é em empreendimentos nos Estados Unidos. A ideia da junção das empresas, de acordo com o CEO da Sagewood, Douglas Strabelli, é facilitar investimentos nos EUA ao unir as expertises das empresas e trazer segurança para o investidor.

"A gente traz um produto em que oferecemos tanto a parte de alocação de recursos quanto a de incorporação e construção, verticalizando o controle do investimento. Dessa forma, o investidor tem mais segurança de que o produto está sendo cuidado de todas as formas", afirma Strabelli.

Com expectativa inicial de captar US$ 50 milhões nos próximos três meses no mercado brasileiro, a intenção é atuar junto a *family offices* (serviço privado de consultoria em gerenciamento de patrimônio), *multifamily offices* (serviço de gestão do patrimônio de famílias com grandes ativos) e assessorias de investimentos.

Para alcançar esta meta, que é progressiva, os empresários estão atuando estrategicamente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. A força econômica dos estados é um dos maiores atrativos. "A ideia é investir realmente em vários pontos específicos no Brasil. Minas Gerais é um Estado que cresce muito, um Estado muito rico, com muitas oportunidades, daí estarmos aqui", afirma Strabelli que é reconhecido pela sua trajetória no segmento de luxo e *multifamily* nos EUA.

O empresário explica que, juntas, as empresas enxergaram uma oportunidade para criar valor para o incorporador local, que precisa de recursos e de um gerenciamento mais robusto. "Vamos buscar parceiros em Minas, assim como já temos no Rio e em São Paulo, para darmos suporte tanto financeiro quanto de gestão e sermos um facilitador para investimentos nos EUA", comenta o CEO da Sagewood.

Strabelli quer facilitar negócio nos EUA FOTO: DIVULGAÇÃO / CLAUDIO BELLI

"A gente traz um produto em que oferecemos tanto a parte de alocação de recursos quanto a de incorporação e construção, verticalizando o controle do investimento"

Douglas Strabelli

MG gera oportunidades para o projeto

O sócio-fundador da Urca Capital Partners, Leandro Nascimento, avalia que o mercado de Minas Gerais é importante para o projeto como um todo e tem uma característica particular. "Por aqui temos boas oportunidades, principalmente nas cidades do interior. Temos atuações em Montes Claros, Varginha e Governador Valadares. O Estado também possui grandes empresários do Brasil, com grandes companhias nascidas aqui e uma grande disponibilidade de recursos", argumenta.

O aumento da procura por investimentos nos Estados Unidos é uma tendência observada pelo sócio-fundador da Urca há cerca de dez anos. "O investidor tem ficado mais consciente sobre a necessidade de selecionar no portfólio de investimentos, uma carteira em moeda forte por razões óbvias: o Brasil tem um diferencial de inflação alta, historicamente maior que a americana. Então, perdemos valor mais rápido aqui. É inteligente que o investidor coloque parte desse recurso fora", opina.

Outra questão que Nascimento pontua é a facilitação do fluxo de recursos para o exterior proporcionado pelas plataformas digitais. Entretanto, ressalta que elas ainda não atendem à demanda que eles oferecem: investimentos imobiliários.

"Essas plataformas dão o direito de você investir na bolsa americana, que é um negócio super arriscado e tem muita gente entrando nesse negócio sem saber em que está entrando. Já o investimento imobiliário é um negócio do nosso dia a dia, você sabe o que é comprar um apartamento, alugar, desenvolver e construir", explica.

A ideia do produto da nova empresa é que ele tenha um tíquete baixo para investidor qualificado. De acordo com os empresários, o valor ainda está sendo definido, mas deve girar em torno de US$ 10 mil ou R$ 50 mil. "É um produto para investidor qualificado por conta da legislação brasileira. Ela não permite que a gente ofereça esse produto para público geral", esclarece Nascimento.

Com capital autorizado para crescer até US$ 1 bilhão, o fundo tem prazo de cinco anos de investimento, mais dois anos para desinvestir e reparar o capital para os investidores, conforme explica o sócio-fundador da Urca Capital Partners.

Extrapolado o prazo, a empresa fará uma abertura de capital na bolsa de valores de modo a garantir liquidez para o investidor. "Então, a gente garante uma das duas formas. Dentre cinco a sete anos, o investidor recebe o recurso de volta ou dá liquidez no mercado secundário", diz Nascimento. **(JS)**

BANCOS

Nubank amplia uso de inteligência artificial

São Paulo - O Nubank tem aumentado a aplicação de inteligência artificial (IA) para atender a seus clientes de forma mais assertiva, incluindo atendimento e crédito, enquanto também busca ampliar a presença no segmento de média e alta renda, com novos produtos mais especializados, de acordo com a CEO Brasil, Livia Chanes.

A executiva afirmou ontem que o banco digital sempre usou "*machine learning*", também conhecida como IA preditiva, e que agora vem utilizando também IA generativa para atendimento ao cliente em contextos mais complexos.

"A generativa permite que façamos isso em muitos mais contextos, de uma forma muito mais assertiva para o cliente", afirmou Livia Chanes em entrevista a jornalistas. "A gente sempre operou com base em modelos de '*machine learning*', então tem oportunidade de ser melhor sempre. Mas não esperamos que isso seja uma mudança radical."

No caso específico de crédito, ela citou que a IA já é parte da forma como o banco opera. "Esperamos que vai ser um cavalo de pau? Não. É uma evolução gradual para o Nubank", ressaltou.

O Nubank também está trabalhando para melhorar a oferta ao público de alta renda, segmento que vem recebendo atenção especial de incumbentes no País e que no banco digital é identificado sob a marca Ultravioleta - inicialmente a marca do cartão de crédito voltada a tal categoria.

A CEO admitiu que a competição na área "está mais acirrada" e que o banco "tem muito trabalho para fazer", mas também afirmou que hoje o Nubank tem uma marca que não tinha dez anos atrás. A executiva citou sem dar detalhes que "dois entre três brasileiros" de média a alta renda já são clientes ativos do Nubank, embora sem a relação de principalidade. "Mas estão aqui", disse.

A executiva não detalhou o número de clientes Ultravioleta. Mas disse que há um "crescimento bastante expressivo" no número e que ano contra ano "dobrou o volume de compras" feitas com o cartão do segmento. **(Reuters)**

Transações atípicas via Pix deverão ter "alerta de golpe"

MEIOS DE PAGAMENTO **Nova regra do Banco Central entrará em vigor seis meses após publicação das mudanças no manual de uso do sistema**

Brasília - O Banco Central (BC) determinou que as instituições financeiras enviem um "alerta de golpe" aos clientes em casos de transações atípicas via Pix. A nova regra entrará em vigor seis meses após publicação das alterações no manual de uso do sistema, ainda sem data definida.

Segundo a autoridade monetária, cada instituição terá autonomia para definir "premissas, parâmetros e critérios" para o envio do alerta aos usuários.

A medida foi uma recomendação do Grupo Estratégico de Segurança do Pix, coordenado pelo BC e secretariado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A autoridade monetária, por sua vez, resolveu acatá-la como obrigação.

Esse foi um dos temas tratados na última quinta-feira (12) no Fórum Pix, grupo de discussão com participação de diversos agentes de mercado.

No encontro, também foi recomendada e aceita a criação de uma multa de R$ 100 mil para os participantes do sistema que descumprirem as regras relacionadas a chaves Pix, sem possibilidade de isenção. A norma também passará a vigorar seis meses depois de ajustes serem feitos no manual de penalidades (ainda em data indefinida).

Hoje, não há uma penalidade específica para esse fim. A ideia é compelir as instituições financeiras a implementar corretamente os mecanismos de segurança previstos para registro, portabilidade, reivindicação de posse e alteração de informações de chaves.

A penalidade aplicável atualmente é de R$ 50 mil, com a possibilidade de isenção, em caso de não cumprimento de regras e procedimentos relativos ao acesso à base de dados do Pix e utilização de suas funcionalidades.

O BC vem discutindo aperfeiçoamentos no sistema de pagamentos instantâneos para garantir mais segurança nas operações via Pix e evitar fraudes. Segundo dados da instituição, foram feitas cerca de 3 milhões de solicitações de devolução de recursos por fraudes entre janeiro e agosto deste ano.

A partir de 1º de novembro, as instituições financeiras deverão implementar soluções adicionais de segurança para processos relacionados a chaves Pix e para operações de entrada e saída de recursos.

Por exemplo, as transações via Pix não poderão ser iniciadas ou recebidas por contas de usuários identificados como suspeitos de fraude ou de conta laranja abertas por criminosos em nome de outras pessoas.

As instituições financeiras também deverão verificar, pelo menos uma vez a cada seis meses, se seus clientes possuem marcações de fraude na base de dados do BC. Com essa medida, a autoridade monetária espera que as instituições tomem providências como encerramento da conta desses usuários ou bloqueio cautelar das transações.

Cada banco terá autonomia na definição de critérios para o envio do alerta aos seus clientes FOTO: LÍVIA BRAZ / BRASIL 61

> **"A partir de 1º de novembro, as instituições deverão implementar soluções adicionais de segurança para processos relacionados a chaves Pix"**

Selo - Dois novos temas estarão em estudo no próximo ciclo de trabalho do Fórum Pix, de outubro a março de 2025. Um deles é a criação de um selo de "chave Pix verificada", a exemplo do que acontece nas redes sociais, com o objetivo de auxiliar na confiabilidade da ferramenta.

Ainda serão discutidas ações para mitigar potenciais fraudes ocorridas por meio de contas abertas por microempreendedores individuais (MEIs).

O Fórum Pix também dará sequência à discussão sobre a nova versão do Mecanismo Especial de Devolução (MED) do Pix - ferramenta que tem como objetivo reaver valores desviados por fraude ou golpe. A ideia da "versão 2.0" do mecanismo é ampliar a capacidade de rastreamento e bloqueio de repasses ao longo da cadeia após saída de recursos da conta original.

Desde a criação da ferramenta, em novembro de 2021, o BC intermediou a devolução de apenas R$ 1,1 bilhão transferido devido a erros ou fraudes no Pix. Um volume quase irrisório em comparação com o montante de dinheiro movimentado diariamente pelo sistema.

No dia 6 de setembro, quando o Pix atingiu um novo recorde de transações em um único dia, com 227,4 milhões de operações, foram R$ 108 bilhões movimentados. **(Nathalia Garcia/ Folhapress)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		17/09/2024	16/09/2024	13/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4880	R$ 5,5090	R$ 5,5670
	VENDA	R$ 5,4880	R$ 5,5100	R$ 5,5670
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5004	R$ 5,5201	R$ 5,5711
	VENDA	R$ 5,5010	R$ 5,5207	R$ 5,5717
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,5250	R$ 5,5450	R$ 5,6010
	VENDA	R$ 5,7050	R$ 5,7250	R$ 5,7810

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722
05/09 a 05/10	0,0718	0,5722
06/09 a 06/10	0,0682	0,5685
07/09 a 07/10	0,0645	0,5648
08/09 a 08/10	0,0684	0,5687
09/09 a 09/10	0,0722	0,5726
10/09 a 10/10	0,0724	0,5728
11/09 a 11/10	0,0726	0,5730
12/09 a 12/10	0,0730	0,5734
13/09 a 13/10	0,0693	0,5696
14/09 a 14/10	0,0656	0,5659
15/09 a 15/10	0,0694	0,5697
16/09 a 16/10	0,0733	0,5737

Ouro

	17/09/2024	16/09/2024	13/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.570,03	US$ 2.582,93	US$ 2.578,24
BM&F-SP (g)	R$ 457,71	R$ 457,71	R$ 450,89

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

16/09.. US$ 371.538 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7847	0,8019
COLON/COSTA RICA	35	0,3496	0,3515
COLON/EL SALVADOR	40	0,01057	0,0107
COROA DINAMARQUESA	55	0,8194	0,8196
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04012	0,04018
COROA NORUEGUESA	65	0,5188	0,5191
COROA SUECA	70	0,5397	0,5398
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4975	1,4978
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7144	3,7154
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5004	5,501
DOLAR CANADENSE	165	4,0444	4,0452
DOLAR DA GUIANA	170	0,02613	0,02644
DOLAR CAYMAN	190	6,5873	6,6679
DOLAR CINGAPURA	195	4,2412	4,2443
DOLAR HONG KONG	205	0,7059	0,706
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8058	0,8139
DOLAR DOS EUA	220	5,5004	5,501
FORINT/HUNGRIA	345	0,01549	0,0155
FRANCO SUICO	425	6,4932	6,4955
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007051	0,0007059
IENE	470	0,03879	0,0388
LIBRA/EGITO	535	0,1135	0,1138
LIBRA ESTERLINA	540	7,2391	7,2404
LIBRA/LIBANO	560	0,0000614	0,0000615
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,000423	0,0004232
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1721	0,1723
NOVO SOL/PERU	660	1,4547	1,4565
PESO ARGENTINO	665	0,06563	0,06568
PESO CHILE	715	0,005914	0,005919
PESO/COLOMBIA	720	0,001301	0,001303
PESO/CUBA	725	0,2292	0,2292
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09152	0,09213
PESO/FILIPINAS	735	0,09886	0,0989
PESO/MEXICO	741	0,2852	0,2854
PESO/URUGUAIO	745	0,1342	0,1343
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7102	0,7121
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002611	0,002627
RENMINBI HONG KONG	796	0,7737	0,7739
RIAL/CATAR	800	1,5084	1,5092
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4654	1,4656
RINGGIT/MALASIA	828	1,29	1,2931
RUBLO/RUSSIA	830	0,06014	0,06016
RUPIA/INDIA	860	0,06564	0,06569
WON COREIA SUL	930	0,004164	0,004172
EURO	978	6,1142	6,1155

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

04/09	0,01367202	3,05161246
05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928
07/09	0,01367334	3,05190677
08/09	0,01367334	3,05190677
09/09	0,01367334	3,05190677
10/09	0,01367378	3,05200411
11/09	0,01367422	3,05210215
12/09	0,01367466	3,05220085
13/09	0,01367510	3,05229954
14/09	0,01367554	3,05239719
15/09	0,01367554	3,05239719
16/09	0,01367554	3,05239719
17/09	0,01367598	3,05249498
18/09	0,01367642	3,05259346

Fonte: Fenaseg

TBF

06/09 a 06/10	0,7829
07/09 a 07/10	0,7460
08/09 a 08/10	0,7846
09/09 a 09/10	0,8231
10/09 a 10/10	0,8245
11/09 a 11/10	0,8269

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

sage

Dia 20

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de agosto/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987. Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSLL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSLL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº 13.137/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder. Darf Comum (2 vias)

Dirbi - Entrega da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), relativamente ao período de apuração julho/2024, com informações relativas a valores do crédito tributário referente a impostos e contribuições que deixaram de ser recolhidos em razão da concessão dos incentivos, renúncias, benefícios e imunidades de natureza tributária, usufruídos pelas pessoas jurídicas constantes do Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024 (Instrução Normativa RFB nº 2.198/2024, art. 5º). Internet

EFD - Distrito Federal - Distrito Federal - O arquivo digital da EFD- ICMS/IPI deverá ser transmitido pelos contribuintes do IPI, exceto os inscritos no Simples Nacional, ao ambiente nacional do Sped, até o 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto, observada a legislação específica do Distrito Federal (Instrução Normativa RFB nº 1.685/2017, art. 12). Internet

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em agosto/2024 aos trabalhadores. Caso o dia 20 não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.
Notas:
(1) Na data de vencimento ou de validade da guia, o FGTS deve ser recolhido até as 21h59m59s - horário de Brasília.
(Lei nº 8.036/1990, art. 15, caput; Portaria MTE nº 240/2023, art. 27; Manual de Orientação do FGTS Digital - SIT/MTE, Capítulo II, subitem 3.1.1.1; Cartilha Operacional do Empregador - Caixa, subitem 2.9)
(2) A Circular Caixa nº 1.046/2024 divulgou orientações sobre o uso do SEFIP/Conectividade Social para depósito do FGTS em situações de contingência.
Guia do FGTS Digital (GFD)
(veja nota nº 2)

IRPJ/CSLL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - Recolhimento unificado do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em agosto/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e art. 5º da Lei nº 10.931/2004, alterado pela Lei nº 12.024/2009) - Cód. Darf 4095.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. Darf Comum (2 vias)

IRPJ/CSLL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - PMCMV - Recolhimento unificado do IRPJ/CSLL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em agosto/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias e às construções no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e Lei nº 10.931/2004, art. 5º, alterado pela Lei nº 12.024/2009, art. 1º) - Cód. Darf 1068.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de agosto/2024, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, com a redação dada pela Lei Complementar nº 150/2015).
• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

Festival multiesportivo vai tomar conta do Mineirão

CLÁUDIA DUARTE, Editora

O fim de semana vai ser de muito esporte, lazer e a melhor gastronomia de dez países! Belo Horizonte vai se tornar, mais uma vez, palco do BOP Games, evento que a cada ano se destaca por ser o maior da América Latina e que celebra o esporte, a cultura e a superação dos próprios limites dos atletas que participam. Em sua 7ª edição, o evento vai ser no Mineirão neste fim de semana (dias 21 e 22) e deve reunir cerca de 8 mil atletas de todo o Brasil e de outros países.

São 35 modalidades esportivas divididas em cinco eixos: games, power, run, fight e extreme. Em cada um específico, haverá beach tennis, futmesa, xadrez, crossfit, levantamento de peso, patinação de velocidade, spinning, jiu-jitsu, pentatlo extreme, mergulho por apneia e muito mais. “Nossa intenção é superar todas as edições anteriores, reafirmando o BOP como o maior evento multiesportivo desta região do continente”, afirma co coordenador Yan Ouriques.

Dentro do BOP Games 2024, o público vai ter a chance de experimentar os sabores diversos no Jungle Food Festival, um festival gastronômico que trará uma experiência diferenciada de sabores do mundo. O evento vai reunir a culinária de 10 países: Brasil, Argentina, Alemanha, Espanha, EUA, África do Sul, México, Itália, França e Tailândia, com pratos exóticos como carne de jacaré, pirarucu e coelho, prometendo agradar os paladares mais aventureiros.

O espaço ainda contará com as melhores cervejas artesanais de Minas e terá uma programação musical especial, com shows ao vivo nos palcos “Esplanada” e “Pé na Areia. Serão mais de 10 bandas no final de semana, fazendo do evento um momento cultural rico e diversificado, que

“BOP Games é considerado o maior evento desse tipo da América Latina e celebra o esporte, a cultura e a gastronomia”

terá também a Cozinha Show, onde *chefs* convidados vão cozinhar ao vivo, mostrando técnicas inovadoras e receitas exclusivas.

Além das competições, o BOP Games também vai contar com oficinas esportivas gratuitas, onde os visitantes podem participar de *workshops* e aulas práticas de diversas modalidades. É diversão para toda a família porque tem também o Espaço Kids, onde as crianças podem participar de atividades recreativas e educativas sob a supervisão de monitores especializados. Além disso, o evento é *pet-friendly.*

O BOP Games foi criado para incentivar as pessoas a “saírem da cadeira” e praticarem uma atividade física aderindo a um novo estilo de vida mais saudável e mais ativo. Em suas seis edições presenciais realizadas desde 2018, o festival já reuniu milhares de esportistas de diversas modalidades e estados, além de mais de 50 mil visitantes.

Inscrições e ingressos - As inscrições para atletas podem ser realizadas através da plataforma Tickets Sports, enquanto as vendas para visitantes estão disponíveis na plataforma Sympla. Há também camarotes para quem quer uma experiência mais exclusiva para curtir o fim de semana.

Todas as informações podem ser acessadas pelo site *bopgames.com.br* e pelo Instagram *@bop.games.*

BOP Games está na 7ª edição e apresenta 35 modalidades esportivas divididas em cinco eixos FOTO: DIVULGAÇÃO / BOP GAMES

Spinning no BOP Games é realizado no gramado do Mineirão e atrai centenas de adeptos FOTO: THIAGO SMITH / BOP GAMES

BH Airport: curiosidades sobre Perdidos e Achados

Na correria para embarcar, na tranquilidade da sala VIP ou durante um simples passeio pelos corredores do saguão. Perder um objeto no aeroporto é mais comum do que se imagina. No BH Airport não é diferente: com mais de 30 mil passageiros circulando pelo terminal todos os dias, é fácil entender o motivo. Só no primeiro semestre deste ano, o setor de Perdidos e Achados do aeroporto recebeu cerca de 5700 itens que foram esquecidos. E a tendência é de crescimento: para se ter ideia, durante todo o ano de 2023 foram 1,3 milhão de objetos deixados nos perdidos e achados do terminal internacional mineiro.

Entre os itens mais esquecidos estão peças de roupa, como casacos e cardigans. Também é muito comum o esquecimento de carteira de identidade e habilitação, óculos, bolsas, almofadas de pescoço e chaves. Entre os objetos mais inusitados que já passaram pelo terminal estão muletas, bengalas e até vibrador. Há casos curiosos e que renderam histórias para se lembrar. Foi o caso de um terno que foi deixado na sala de embarque e era de um passageiro que o usaria como padrinho de um casamento, no Rio de Janeiro. O dono do terno acabou alugando outro no local do evento, mas ficou feliz em resgatar o seu na volta a Belo Horizonte.

Outra história que marcou a equipe no setor foi o passageiro que perdeu R$ 800 em dinheiro. O valor foi levado ao Perdidos e Achados por um funcionário do aeroporto. O dono fez contato com o BH Airport, especificando valor e possível localização da perda, além da quantidade de notas perdidas. O passageiro voltou ao terminal e resgatou o dinheiro.

Depois que recebe o item esquecido, o setor de Operações e Segurança do BH Airport faz um cadastro completo. Tudo permanece por lá por 30 dias. Após esse período, caso o objeto não seja procurado, é encaminhado ao Juizado Especial de Pedro Leopoldo, que encaminha para doação. Já os documentos e cartões são encaminhados para os Correios, onde ficam disponíveis para retirada.

Dos cerca de 5.700 itens esquecidos no BH Airport nesse primeiro semestre, mais de 600 foram procurados e retirados por seus donos e mais de 4 mil foram entregues para doação. O setor de Perdidos e Achados fica próximo ao Balcão de Informações, perto da escada em caracol, na entrada do terminal.

Armário inteligente - O BH Airport oferece também uma alternativa de retirada em um armário inteligente. Nesse caso, a identificação do objeto e de seu dono é feita por telefone e e-mail. É realizado um cadastro e enviado via e-mail ou SMS um QR Code para retirada no armário, que fica no setor de Perdidos e Achados por 72 horas. Caso não sejam retirados, voltam para o setor de Perdidos e Achados.

FOTO: DIVULGAÇÃO / ORQUESTRA FILARMÔNICA MODERNA BRASILEIRA

Orquestra Filarmônica Moderna Brasileira

Nesta quinta-feira (19), a Orquestra Filarmônica Moderna Brasileira faz sua estreia em Belo Horizonte com o projeto Ídolos Orquestrados, que traz à cidade o concerto “The Beatles”. Será no Grande Teatro do Sesc Palladium. O espetáculo reúne orquestra, vozes, balé e teatro, com mais de 40 artistas no palco interpretando clássicos como “Yesterday”, “Let it Be” e “All You Need is Love”. O concerto “The Beatles” apresenta um viés diferente do qual o público está acostumado. No lugar dos instrumentos tradicionais como guitarra, baixo, bateria, entra o formato sinfônico, com instrumentos de banda junto a violinos, viola, violoncelos, flauta, fagote, oboé, trompete, trompas. Os ingressos são gratuitos, mediante retirada no site *www.sympla.com.br* ou na bilheteria do teatro.

“O Lago dos Cisnes”

Quem gosta de espetáculos de balé tem programação imperdível para esta semana. O Teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas (rua da Bahia, 2.244 – Lourdes) recebe um espetáculo clássico nesta sexta-feira (20), às 21 horas. Reconhecida mundialmente por proporcionar ao público um novo olhar sobre grandes coreografias clássicas, a Cia Ballet Clássico de São Petersburgo apresenta “O Lago dos Cisnes”. Considerando que o ballet clássico é uma parte importante da herança nacional da Rússia, a companhia leva ao público o maior número de bailarinos, representando o melhor do lirismo e a tradição do mundo do ballet. Seu sucesso mundial a torna uma das empresas de balé mais requisitadas da Rússia. Os seus bailarinos altamente treinados, combinam a emoção e elegância em cada apresentação com os compromissos de manter as raízes do ballet clássico vivas. Ingressos na bilheteria do teatro ou pela plataforma *Sympla*.

“Domingo na Rua”

O Shopping Cidade celebra a chegada da primavera ocupando o centro da Capital com seu “Domingo na Rua”. No dia 22, que é neste domingo, a partir de 11h, a segunda edição da temporada 2024 do projeto criado pelo shopping em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, o Sesc MG e o Sindilojas vai tomar conta da rua Tupis com uma programação especial e gratuita para toda a família. Tem muita brincadeira para a criançada, shows de mágica, apresentações da Orquestra Sinfônica Sesc MG e do grupo musical Bora Pro Nobis. Tem também a Turma do Lobinho do Bom, que é mascote do shopping. A programação vai até às 15 horas.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067